



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O
ENVELHECIMENTO HUMANO: ASPECTOS HISTÓRICOS E
SOCIAIS

MARIANNA BRAGA DE OLIVEIRA BORGES

BRASÍLIA
JUNHO/2007

MARIANNA BRAGA DE OLIVEIRA BORGES

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O
ENVELHECIMENTO HUMANO: ASPECTOS
HISTÓRICOS E SOCIAIS

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília como
requisito básico para a obtenção do
grau de Psicólogo da Faculdade de
Ciências da Saúde. Professor-
orientador: Prof^a. Dr^a. Eileen Pfeiffer
Flores

BRASÍLIA, JUNHO DE 2007



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Prof^ª. Eileen Pfeiffer Flores

Prof^ª. Maria do Carmo de Lima Meira

Prof^ª. Marília de Queiroz Dias Jácome

A Menção Final obtida foi:

BRASÍLIA, JULHO DE 2007.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Eileen Pfeiffer Flores pela motivação, pelo apoio e pela orientação impecável. Aos meus pais pelas oportunidades e pelo amor incondicional. Aos amigos que entenderam minhas bruscas alterações de humor neste final de curso e a todos os que me ouviram falar da monografia nos últimos meses, agradeço a paciência.

Sumário

Introdução	2
1 - As Visões do Envelhecimento ao Longo do Tempo	4
1.1 - A Velhice Contextualizada na História da Humanidade	4
1.1.2 - O Velho nos Chamados Povos “Primitivos”	14
1.2 - O Envelhecimento na História da Medicina	17
2 - A Velhice Hoje	21
2.1 - A Posição do Idoso na Sociedade	22
2.1.1 - O Idoso Aposentado	23
2.1.2 - O Idoso Aprendiz	27
2.2 - Representações Sociais da Velhice na Atualidade	30
3 - A Produção Científica Acerca do Envelhecimento	35
3.1 - Uma Proposta de Classificação da Literatura Acerca do Envelhecimento	38
3.2 - A Geriatria e a Gerontologia Como Produtoras “Oficiais” do Conhecimento Sobre a Velhice	44
4 - Por Que a Velhice Foi Esquecida Pela Psicologia?	48
4.1 - A Escassez de Estudos Psicológicos Sobre o Envelhecimento	48
4.2 - A Breve História da Psicologia do Envelhecimento	49
4.2.1 - O Predomínio da Infância na Psicologia do Desenvolvimento	54
4.3 - A Psicologia do Envelhecimento e a Velhice Bem-sucedida	58
Considerações Finais	64
Referências Bibliográficas	67

Resumo

Na presente monografia é contemplada a produção de conhecimento acerca do envelhecimento humano. São analisadas, primeiramente, as representações sociais da velhice e o papel do indivíduo idoso em diversas sociedades, ao longo da história da humanidade e na história da medicina e as relações entre modo de produção social e o valor atribuído ao envelhecimento. A velhice na atualidade é analisada, especificamente no contexto brasileiro, e são investigadas questões acerca da posição do idoso na sociedade, a questão da aposentadoria, as representações sociais sobre a velhice e a reprodução de uma ideologia da velhice por parte dos estudiosos do envelhecimento. A produção científica sobre o envelhecimento humano é analisada e é proposta uma classificação da literatura acerca do envelhecimento, com base em uma pesquisa por artigos sob a palavra-chave “envelhecimento”, realizada no banco de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online). É discutido o papel da geriatria e da gerontologia como produtoras “oficiais” sobre o tema, e a demanda por estudos acerca da velhice é analisada, bem como a produção da psicologia na área. É discutida a inversão da pirâmide etária no Brasil como argumento utilizado pelos estudiosos do envelhecimento para justificar a relevância de seus esforços teóricos. A psicologia do envelhecimento é discutida e são analisadas questões referentes à tímida produção da área. O contexto da recente constituição da psicologia do envelhecimento como subárea da psicologia é abordado e são apresentadas as noções de desenvolvimento humano que desfavoreceram o interesse dos psicólogos acerca do tema da velhice. A escassez de estudos psicológicos acerca da velhice é confrontada com a ênfase da produção de estudos acerca da infância e a adolescência pela psicologia do desenvolvimento. É apresentada a perspectiva do curso de vida no campo da psicologia do desenvolvimento, como marco teórico inicial, que criou um contexto mais propício aos primeiros estudos que contemplaram a velhice como fase do desenvolvimento humano. A noção de velhice bem-sucedida, baseada em uma perspectiva do curso de vida é abordada e são discutidas as implicações de tal noção na produção da psicologia acerca do envelhecimento. É ressaltada a carência de estudos em epistemologia e é apontada a urgência de esforços reflexivos que modifiquem o panorama atual da produção de conhecimento acerca do envelhecimento humano.

Palavras-chave: Psicologia do envelhecimento, gerontologia, história da psicologia do desenvolvimento.

O Brasil está envelhecendo. Esta é, atualmente, uma afirmação recorrente nos trabalhos sobre o envelhecimento humano. Profissionais das mais diversas áreas do conhecimento têm se dedicado à produção teórica acerca do tema, hoje em dia tão em voga. Por que isso ocorre? Ao longo do curso da vida humana na Terra, a velhice sempre existiu, mesmo que, de acordo com a esperança de vida de cada sociedade em um determinado corte temporal, os velhos fossem assim considerados ao atingirem faixas etárias mais baixas do que se prescreve na atualidade. Por que a velhice foi “descoberta” tão tardiamente pela ciência? E, mais ainda, por que a psicologia produziu tão pouco sobre o envelhecimento até o presente momento? Estas são questões que a presente monografia pretende esclarecer.

As questões levantadas no presente trabalho surgem da falta de estudos epistemológicos acerca da produção sobre envelhecimento humano e da ausência de um esforço reflexivo dos teóricos em relação à demanda que tomaram para si, que é a construção de um campo de saber específico que contemple a velhice. É importante tratar de tais questões em uma monografia especificamente voltada para o tema porque o estudo acrítico do envelhecimento tem produzido um cenário obscuro no campo da investigação acerca da velhice, e tem fortalecido um olhar preconceituoso sobre os velhos na atualidade.

No primeiro capítulo, o envelhecimento ao longo da história da humanidade é contemplado, bem como a velhice na história da medicina, disciplina pioneira no estudo sobre o envelhecimento. São abordadas as diferentes representações acerca da velhice ao longo do tempo e o papel do idoso nas mais diversas sociedades, a fim de delimitar variáveis comuns na determinação do destino do velho em uma comunidade. O segundo capítulo trata da velhice na atualidade, especificamente no contexto brasileiro, e o modo como a velhice é representada na sociedade. É feita uma análise da ideologia da velhice, extremamente difundida e reproduzida pelos teóricos do envelhecimento, que findam por reafirmar a posição desconfortável que o idoso tem ocupado, principalmente quando depende dos serviços de

saúde e previdência do Estado. Esses teóricos procuram validar os estudos acerca do tema que investigam com o argumento de que a produção científica é capaz de projetar ações que sanem as dificuldades advindas do aumento do contingente de idosos no país. No terceiro capítulo, são investigadas as diferentes abordagens teóricas acerca do envelhecimento humano e é feita uma classificação da literatura, a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada para a presente monografia. A geriatria e a gerontologia são abordadas e os limites de sua atuação são questionados. O quarto capítulo trata da escassez de estudos sobre a velhice na psicologia, e da inferioridade do tema em relação à infância, priorizada pelos psicólogos até a atualidade. São investigadas as possíveis contingências envolvidas na construção da limitada psicologia do envelhecimento e sua restrita produção.

Faz-se necessário esclarecer uma questão acerca da terminologia utilizada na presente monografia. Alguns autores consultados para a produção desta fazem referência aos indivíduos em processo de envelhecimento, geralmente contados a partir dos sessenta anos, pelo termo “velho”, outros o chamam “idoso”. Os dois termos serão, portanto, utilizados no presente trabalho. Beauvoir (1970/1990), Zimmerman (2000), Bosi (1973/1994) e Haddad (1986), por exemplo, falam sobre velhos. Os trabalhos mais recentes acerca da velhice utilizam geralmente o termo “idoso” e é essa a terminologia usada na obra organizada por Neri (1995). Segundo Peixoto (1998, citado em Siqueira, Botelho & Coelho, 2002), na França do século XIX os indivíduos com mais de sessenta anos eram geralmente designados como velhos, com exceção para os que ocupavam um lugar mais elevado na estrutura social, que eram chamados de idosos. Essa autora relata que no Brasil, nas últimas três décadas do século XX, o termo “velho”, por ter uma conotação negativa, passou a ser substituído pelo vocábulo idoso nos documentos oficiais e nos trabalhos acerca da velhice. Seria a velhice tão incômoda ao ponto de serem necessários eufemismos que a abrandem? Os termos terceira idade e melhor idade, por exemplo, parecem por vezes máscaras que recobrem um preconceito acerca

do envelhecimento. A utilização do vocábulo “velho” pretende fazer lembrar que se está falando de envelhecimento, de velhice, e que não deve haver desconforto em fazê-lo.

1 - As Visões do Envelhecimento ao Longo do Tempo

São inúmeros os estudos que se dedicam ao tema do envelhecimento humano no século XXI. Entretanto, é raro encontrar, nos trabalhos acerca a velhice, dados sobre o fenômeno ao longo do tempo. É certo que os relatos históricos são escassos, uma vez que o tema da velhice foi desinteressante para as sociedades durante muitos séculos, mas é também sintomático que os estudos contemporâneos, que têm, marcadamente, fragmentado o envelhecimento humano, não tenham considerações sobre a velhice em um recorte temporal mais amplo.

Felizmente, a obra de Simone de Beauvoir, “A Velhice”, monta um panorama esclarecedor da condição dos velhos ao longo dos séculos. A autora é constantemente citada nos trabalhos acerca do envelhecimento humano como sendo uma pioneira nos estudos sobre o tema. Há uma estimativa de que esse importante ensaio conste do referencial teórico de 8 entre 10 estudos acerca da velhice, nos últimos 20 anos do século XX (Siqueira, Botelho & Coelho, 2002). Devido à importância da obra e à absoluta escassez de outros estudos originais acerca do tema em português, a obra foi referência-chave nesta seção.

1.1 - A Velhice Contextualizada na História da Humanidade

É importante salientar que a longevidade era um privilégio dos mais abastados até o século XIX. Os idosos pobres não estão na história, nem na literatura. Ao se falar dos velhos, fala-se principalmente dos homens; as mulheres, por terem sido inferiorizadas ao longo da história não estão em evidência nos registros mais antigos sobre o envelhecimento humano (Beauvoir, 1970/1990).

Embora tenha se dedicado a relatar a condição dos velhos na história do ocidente, Beauvoir (1970/1990) abre um parêntese para a China. Com uma hierarquia bem definida e estática, a China tinha na figura do homem mais velho sua autoridade máxima. O sistema patriarcal rígido, que era a base da estrutura da sociedade à época de Confúcio, fez do respeito aos mais idosos uma prática inquestionável. Aos 70 anos o homem renunciava às suas responsabilidades sociais para se preparar para a morte. O papel da mulher, submissa ao extremo, era o de cuidar da casa, dos filhos e orientar as noras, como havia sido orientada pela sogra antes disso.

O primeiro texto conhecido acerca do envelhecimento data de 2.500 a.C. e foi escrito por um filósofo egípcio. O texto lamenta a decrepitude física advinda do avanço da idade. Beauvoir (1970/1990) sublinha que, embora as diferentes sociedades tenham atribuído, ao longo dos séculos, sentidos diversos à velhice, o tema do declínio orgânico é recorrente e aparece nas mais variadas comunidades na história do ser humano.

De acordo com Beauvoir (1970/1990), nos relatos bíblicos que revelam os princípios do povo judeu, a partir do século IX, a velhice é retratada como uma benção e os homens idosos como pessoas a quem se deve respeito. O homem mais velho, na Palestina, governava a família enquanto sua saúde era boa.

Os autores dos livros santos conservam a nostalgia do passado e projetam nele os valores que desejam ver reconhecidos por seus contemporâneos. Embora se encontrem entre eles ecos de uma antiqüíssima filiação matrilinear, descrevem uma sociedade patriarcal, na qual os grandes ancestrais, aos quais atribuem idades fabulosas, eram os porta-vozes de Deus. Consideram a longevidade uma suprema recompensa da virtude (...)

Os mandamentos de Deus exigem dos filhos que honrem pai e mãe. Se um filho se recusa a obedecer ao pai e se todas as tentativas para fazê-lo ceder forem vãs, o pai - diz o

Deuterônômio – deverá levá-lo aos anciãos de sua cidade: “E todos os homens da cidade o apedrejarão e ele morrerá” (Beauvoir, 1970/1990, p. 115).

Segundo Beauvoir (1970/1990), na Grécia antiga, em que os mais velhos eram também os que detinham mais riquezas e poder, a figura do ancião era, no plano político, muito respeitada, principalmente por aqueles que desejavam manter vigente a ordem das coisas. Porém, narrada pelos poetas, a velhice aparece como um tempo em que os prazeres da vida já não podem ser apreciados e a decrepitude do organismo por vezes torna a vida pior que a morte. Em Platão encontra-se na imagem do velho o cume da sabedoria, sendo o conhecimento a expressão mais pura do que é a felicidade. Nos ideais políticos de Platão, expressos em sua literatura, o idoso, livre das necessidades do corpo, é o mais capacitado para comandar a *Polis* ideal, tornando-se assim digno do respeito e da obediência dos mais jovens. Esse filósofo acreditava que, sendo as necessidades da alma superiores às do corpo, a decrepitude física não diminuía o homem.

Aos 80 anos, Platão volta longamente à questão em *As leis*; ele insiste muitas vezes nas obrigações dos filhos para com seus velhos pais, com quem devem falar respeitosamente, colocando suas riquezas e a própria pessoa a serviço deles. Presta-se um culto aos antepassados mortos; o futuro ancestral já é sagrado: “Não podemos possuir nenhum objeto de culto mais digno de respeito do que um pai ou um avô, uma mãe ou uma avó oprimidos pela velhice” (Beauvoir, 1970/1990, p. 136).

Já para Aristóteles, alma e corpo estão unidos, e a degradação do corpo afeta negativamente o espírito. O lugar dos velhos não seria então à frente da *Polis*. Com a decrepitude do organismo, todo tipo de atributos ruins surgia, e a experiência de vida,

edificante para Platão, servia apenas para transformar o homem em um ser amargo e vil, paralisado no tempo pelas vivências do passado (Beauvoir, 1970/1990).

Em *A retórica*, Aristóteles pinta a juventude com as cores mais risonhas: calorosa, apaixonada, magnânima – e a velhice apresenta-se, para ele, em todos esses pontos, como o oposto: “Porque viveram inúmeros anos, porque muitas vezes foram enganados, porque cometeram erros, porque as coisas humanas são, quase sempre, más, os velhos não têm segurança em nada, e seu desempenho em tudo está manifestamente aquém do que seria necessário” (Beauvoir, 1970/1990, pp. 136-137).

Segundo Beauvoir (1970/1990), na sociedade romana, cujos valores estavam intimamente ligados à questão da posse de bens materiais, eram respeitados os idosos que detinham propriedades. O Senado centralizava o poder e era composto pelos homens mais velhos, que haviam acumulado riquezas ao longo de suas vidas. Sendo imperialista e ao mesmo tempo conservadora e tradicional, não havia mudanças bruscas na ordem das coisas na sociedade ou na família, que tinha no seu comando o homem mais velho, mesmo que fisicamente debilitado pela idade. Era o *paterfamilias*, direito sobre todas as posses e sobre todas as pessoas da família, que conferia ao pai a decisão de vida e morte sobre os seus. A mulher mais velha da família, por sua vez, gozava de grande prestígio e era responsável por administrar em casa o trabalho dos escravos e a educação dos filhos. Contudo, nas peças de teatro os homens velhos são retratados com o mesmo escárnio que se encontra na literatura grega, e as mulheres velhas são descritas como feias e inoportunas, embora hajam exceções documentadas.

Beauvoir (1970/1990) aponta que, com a queda do modelo oligárquico e a decadência e perda de poderes do Senado, a partir dos Gracos, o idoso foi rebaixado na hierarquia social.

Ela ressalta que, a respeito do fim do mundo antigo, existem poucos dados sobre as condições de vida dos idosos, sendo escassas as informações sobre o tratamento a eles dispensado entre os bárbaros. Por bárbaros, a autora se refere aos povos de origem germânica que invadiram o Império Romano do Ocidente. Apesar da falta de dados factuais, os mitos bárbaros contam batalhas em que a força dos jovens deuses sobrepujava a de seus antecessores, que, vencidos, cediam lugar aos mais novos. Há registros de que os gauleses e os hérulos eliminavam idosos e doentes. Os visigodos e os burgúndios cobravam uma taxa pela morte de um homem livre, cujo valor decaía após os 50 anos, e mais ainda depois dos 65 anos.

O cristianismo, que se expandiu pelo ocidente com o colapso do mundo antigo, assumiu novos traços entre os povos convertidos e teve sua essência solidária modificada. Inicialmente dirigido aos mais humildes, o cristianismo por fim incorporou os valores clássicos, em geral desfavoráveis aos idosos. Embora tenha criado os asilos, no século IV, a Igreja não fez muito pela condição dos velhos nessa época. Na Alta Idade Média os jovens estavam no controle. Até os papas eram jovens, e, invariavelmente, obedientes à aristocracia. (Beauvoir, 1970/1990).

Beauvoir (1970/1990) relata que, consolidada a sociedade feudal, sendo a ligação entre vassalo e senhor pautada na obrigação do primeiro de entregar ao último uma parte da sua produção, o desgaste do organismo fazia com que o vassalo idoso passasse suas atribuições para o filho. Do século X em diante o modelo do jovem cavaleiro, bravo e heróico, foi muito cultuado. Fora do campo a situação do idoso não era mais favorável que a dos camponeses e muitos encontravam a subsistência como mendigos.

A situação dos velhos, em todos os setores da sociedade, aparece, portanto, como extremamente desfavorecida. Tanto entre os nobres, quanto entre os camponeses, a força

física prevalecia: os fracos não tinham lugar. A juventude constituía uma classe de idade de considerável importância (Beauvoir, 1970/1990, p. 162).

Beauvoir (1970/1990) ressalta que a busca do rejuvenescimento foi um tema recorrente na Idade Média, assim como na Idade Antiga. O sonho da vida eterna era incompleto sem a garantia de que o corpo permaneceria jovem, condição primordial para que a longevidade fosse suportável. A velhice foi constantemente representada como o inverno da vida, em que as restrições impostas pela degradação do corpo eram vistas como incapacitantes e inférteis.

Com o fim da Idade Média e o renascimento do comércio, em que prosperou a burguesia, as relações de poder modificaram-se. A força física deixou de ser condição necessária para o homem prosperar.

De então em diante, a propriedade funda-se em contratos, e não na força física: aparece então o tipo tradicional do mercador, avesso à violência. Podem-se estocar as mercadorias e o dinheiro. Essa transformação modifica, nas classes abastadas, a condição dos velhos: através da acumulação de riquezas, eles podem tornar-se poderosos. Há mais preocupação com eles (Beauvoir, 1970/1990, p. 175).

Havia duas ideologias conflitantes vigendo. Uma religiosa, que encarava a velhice como um declínio natural, a última parte do caminho da vida, em que se aconselhava que o velho se preparasse serenamente para a morte, e se lhe instruía que deixasse bens para as causas da Igreja. Era também o momento de conquistar a salvação. A outra ideologia é materialista e nela o velho é representado caricatamente, sempre ridicularizado pela

exploração das características avarentas e incapacidades físicas que eram atribuídas ao idoso (Beauvoir, 1970/1990).

Com o Renascimento, que marcou o início da Idade Moderna, os valores clássicos foram retomados e o amor pela juventude do corpo passou a ser muito cultuado. As representações dos velhos mostram marcadamente um desprezo pelo corpo envelhecido da mulher e sua sexualidade lhe é negada, tida como ridícula. Há um consenso na literatura de que os idosos devem comportar-se de uma determinada maneira para que seja possível manter alguma dignidade na época da decrepitude, e, afastar-se dos prazeres carnavais e deixá-los aos jovens é um dos princípios a serem seguidos (Beauvoir, 1970/1990).

Beauvoir (1970/1990) aponta que os velhos escarnecidos na literatura eram os burgueses, sendo os nobres poupados das representações negativas. Os idosos pobres não eram suficientemente importantes ou numerosos para serem comentados.

Do antigo Egito ao Renascimento, vê-se que o tema da velhice foi quase sempre tratado de maneira estereotipada; mesmas comparações, mesmos adjetivos. A velhice é o inverno da vida. A brancura dos cabelos e da barba evoca a neve, o gelo: há uma frieza do branco à qual se põem o vermelho – o fogo, o ardor – e o verde, cor das plantas, da primavera, da juventude. Os clichês se perpetuam, em parte porque o velho sofre um imutável destino biológico. Mas também, não sendo agente da História, o velho não interessa, não nos damos o trabalho de estudá-lo em sua verdade (Beauvoir, 1970/1990, p. 200).

O século XVII foi duro para com idosos e crianças na Europa. A França e a Inglaterra sofreram com a miséria e a falta de higiene. Os mais pobres foram os mais duramente afetados e a média de vida era extremamente baixa, não passando dos 40 anos. Os nobres e burgueses também não chegavam aos 70 anos. A situação mudou no século XVIII, houve

uma melhoria nas condições de vida e o número de octogenários cresceu. Entretanto, tal melhoria de vida não chegou para todos de maneira igualitária e os mais pobres, mesmo os que viviam por mais tempo, encontravam a miséria e o abandono. Entretanto, no final do século XVIII, multiplicaram-se as ações assistencialistas (Beauvoir, 1970/1990).

O Estado parecia reconhecer que todo homem tem direito à existência. Foi o que afirmaram, em 1785, os magistrados reunidos em Speehamland: se um homem não pode ganhar a vida trabalhando, a sociedade deve assegurar sua subsistência. A assistência pública foi reformada neste sentido: a miséria dos deficientes e dos velhos foi um pouco atenuada. Por outro lado, as coalizões operárias multiplicaram-se para lutar contra o patronato, mas também para segurar-se mutuamente contra o desemprego e a doença (Beauvoir, 1970/1990, p. 222).

De acordo com Beauvoir (1970/1990), os idosos ricos experimentaram uma considerável melhoria de vida com o desenvolvimento técnico que tomou lugar. As facilidades que se lhe apresentaram permitiram que os mais velhos tivessem uma vida mais aprazível e seu lugar na sociedade passou a ser o de homem experimentado, respeitado por seus anos de vida tanto quanto pelo seu capital acumulado. O sentimentalismo vigente fez com que o idoso fosse representado na literatura como um ser bondoso, e não mais como um decrepito ridículo (Beauvoir, 1970/1990).

Beauvoir (1970/1990) relata que ocorreu na Europa, no século XIX, um expressivo crescimento demográfico. Nos primeiros 70 anos do século, a população passou de 187 milhões para 300 milhões e o número de idosos aumentou, o que deu visibilidade ao grupo de idosos pobres, uma vez que, mais numeroso, não pôde mais ser ignorado. Ela aponta que a

economia da Europa sofreu grandes transformações que acabaram por modificar também a condição dos idosos.

A Revolução Industrial estabeleceu uma concentração da população nas cidades. No campo, tornou-se cada vez mais difícil a sobrevivência da agricultura familiar, que assistiu, impotente, à mecanização da produção agrícola. A manutenção do papel social do trabalhador do campo dependia de suas posses. Os donos de pequenas propriedades, quando não podiam mais trabalhar na terra devido ao desgaste natural que esse tipo de trabalho gera, passavam o comando das atividades e da casa aos filhos, que muitas vezes os abandonavam em asilos ou, sob o mesmo teto, privavam os pais idosos dos itens básicos para a sobrevivência. Entre os grandes proprietários prevalecia o direito do pai, mesmo idoso, que tivesse dinheiro para contratar mão-de-obra e tocar os negócios. Ocorreu então um êxodo rural. Os trabalhadores que não puderam mais subsistir no campo juntaram-se à nova massa de desvalidos na cidade e engrossaram o contingente do proletariado. O trabalho dos operários era duro e extremamente desgastante, especialmente cruel para o trabalhador mais velho, que perdia o emprego por causa da idade. A literatura da época denunciou, de certo modo, a situação do idoso que vivia na miséria e os maus-tratos que sofria, principalmente nos textos que retratavam a situação de abandono do idoso na própria família, como é o caso do romance “La Terre”, de Zola, que narra a história de um velho pai que decide dividir seus bens entre os filhos, por não mais conseguir trabalhar, e é por eles espoliado e assassinado (Beauvoir, 1970/1990).

Beauvoir (1970/1990) ressalta que as condições do idoso rico e do idoso miserável eram absurdamente desiguais, uma vez que para os mais velhos que tinham dinheiro, os anos vividos eram valorizados e conferiam ainda mais prestígio aos indivíduos, enquanto os idosos miseráveis formavam a categoria mais sofrida e desprezada dentre os proletários. Eram os opostos exatos da nova sociedade industrial.

Antigos operários reduzidos à indigência e à vagabundagem, velhos camponeses tratados como bichos, os velhos pobres situam-se no mais baixo nível da escala social. São os velhos das classes superiores que ocupam o cume. A oposição é tão flagrante que se poderia quase pensar que se tratava de duas espécies diferentes. As mudanças econômicas e sociais, tão nefastas para uns, favoreceram, ao contrário, outros (Beauvoir, 1970/1990, p. 242).

Segundo Beauvoir (1970/1990), a burguesia se fortaleceu e suplantou a aristocracia do ponto de vista econômico, tornando-se mais influente e poderosa que a última. Os mais influentes representantes da classe produtiva eram também os mais velhos, os que tinham acumulado experiência e fortuna ao longo dos anos, estabelecendo-se assim uma “gerontocracia”. Embora os ideais capitalistas valorizassem a atitude empreendedora, personificada na figura do jovem inventivo, a sociedade ainda prezava muito a estabilidade e confiança dos anos de sucesso e da sabedoria atribuída aos homens mais velhos. No seio da família o papel dos idosos transformou-se, uma vez que, aumentadas as possibilidades de escolhas para os jovens, os filhos adquiriram maior autonomia em relação aos pais. O papel dos avós mudou e estabeleceu-se uma relação de amizade e brincadeira entre estes e os netos. Na literatura da época, idosos e crianças formaram duplas carismáticas que sensibilizaram a sociedade pela docilidade de suas relações e que ainda hoje o fazem.

O século XX abrandou algumas dificuldades encontradas na velhice. Com os avanços da medicina e da farmacologia, muitos desconfortos próprios do envelhecimento do organismo foram suavizados. Por outro lado, Beauvoir (1970/1990) aponta que as representações sociais da velhice modificaram-se mais uma vez. A função da experiência, do acúmulo dos anos de vida, mudou. A figura do homem mais velho, mais vivido, que antes representava uma segurança e estabilidade caras aos valores vigentes, passou a evocar uma

idéia de obsolescência. Tal fenômeno vem se consolidando ao longo dos anos e o idoso é, cada vez mais, excluído da sociedade de consumo em que vivemos.

1.1.2 - O Velho nos Chamados Povos “Primitivos”

Beauvoir (1970/1990) dedica um capítulo de seu livro aos dados da etnologia. Nele, a autora faz referência aos povos não europeus, que chama de “primitivos”, nomenclatura que não será utilizada na presente monografia, uma vez que o termo denota um preconceito étnico.

É recorrente, nas mais diversas culturas, a crença de que da morte decorre um renascimento, e de que esta renovação é responsável pela perpetuação da vida humana na terra. Analogias foram elaboradas, comparando o ciclo de vida do homem ao da terra. Conforme variam as estações, a terra morre para depois florescer, e na história da humanidade abundam os mitos sobre a volta à juventude, ao vigor, depois de alcançada a decrepitude física. A idéia de ressurreição está associada à sobrevivência do homem no mundo (Beauvoir, 1970/1990).

Sonhando com uma idade de ouro, em que a espécie humana teria escapado à morte, os bambarras supõem que a vida seria então um eterno retorno da velhice à infância. Os velhos subiam numa árvore sagrada e cortavam as veias; depois desciam, exangues. Os jovens arrancavam-lhes os pêlos e espancavam-nos. Eles perdiam os sentidos e voltavam a ser crianças de sete anos (Beauvoir, 1970/1990, p. 57).

É interessante observar que esse tipo de analogia foi também recorrente nas sociedades da Europa ao longo dos séculos. Os povos que a autora chama de “primitivos” não

tinham contato com os europeus, mas a relação que estabeleciam com os mais velhos também era extremamente dependente do modo de organização da produção de cada uma dessas comunidades. Segundo Beauvoir (1970/1990), os povos nômades geralmente abandonavam os mais velhos nas florestas por onde caminhavam. A vida dessas pessoas era muito dura, e logo que o organismo dava sinais de decrepitude, o membro era descartado como um peso morto, fosse deixado sozinho à própria sorte, fosse assassinado pelos membros mais jovens. É importante ressaltar que essa decrepitude chegava tão cedo quanto mais duras fossem as condições de vida.

Em algumas tribos sedentárias o velho era respeitado enquanto estivesse bem de saúde. Os mais velhos eram respeitados ou não de acordo com sua importância para a subsistência da comunidade. Muitos fatores intervinham; se haviam sido bem tratados na infância e os alimentos não eram escassos, os filhos, em geral, tratavam bem os velhos pais, não negavam-lhe comida ou abrigo. Se a comunidade temia os espíritos, o idoso encontrava no papel de religioso respeito e poder em relação aos mais jovens, por ter vivido mais, por estar mais perto do “outro mundo”, o que assustava os mais jovens que temiam retaliações póstumas dos velhos. Se fosse considerado inútil, um peso, se o amor filial inexistisse, seu destino era o exílio ou a morte. O idoso por vezes era levado a concordar com o ritual que dava cabo à sua vida. Em tais rituais havia dança, canto, comida e, por fim, o assassinato, que era operado por um filho ou parente mais novo (Beauvoir, 1970/1990). Sobre o ritual de morte dos velhos que não possuíam bens, entre os *chuckchees*, da Sibéria, a autora relata que, após o consentimento dos mesmos “promovia-se, em sua honra, uma grande festa, na qual tomavam parte: comia-se foca, bebia-se uísque, cantava-se, tocava-se tambor. O filho, ou irmão mais jovem, insinuava-se por trás do condenado e o estrangulava com um osso de foca” (p. 65).

Segundo Beauvoir (1970/1990), a condição dos idosos melhorava caso a comunidade necessitasse de seus ensinamentos para distinguir o que era comestível do que era venenoso, realizar as cerimônias religiosas ou, caso a comunidade possuísse um sistema de acúmulo de bens, o velho era respeitado porque tinha uma vantagem material. Caso contrário, aquele cujo organismo havia sofrido a ação do tempo e perdera sua função na sociedade era, em alguns casos, levado ao topo de uma montanha para morrer de fome sob a neve, assassinado com uma flecha ou coisa que o valesse. Ou era ainda mantido sob o mesmo teto dos filhos, sem roupas, escarnecido pelas crianças que roubavam sua parca cota de alimentos, definhando nas sombras da casa como um bicho, até a morte. Morte essa que, dadas as condições de vida do velho, era por vezes suplicada por ele.

Entre os hopis, entre os índios creek e crow, entre os bosquimanos da África do Sul, era costume conduzir o velho para uma cabana construída propositalmente longe da aldeia, deixar nela um pouco de água e comida e abandonar o ancião. Entre os esquimós, cujos recursos são muito precários, pede-se aos velhos para deitar na neve e ali esperar a morte; ou, durante uma expedição de pesca, faz-se com que sejam esquecidos sobre uma banquisa; ou então são trancados num iglu, onde morrem de frio. Os esquimós de Angmassalik, na Groenlândia, tinham o costume de se matar quando sentiam que se haviam transformado numa carga para a comunidade. Numa determinada noite, faziam uma espécie de confissão pública, e dois ou três dias depois entravam em seu caiaque e deixavam o lugar, para nunca mais voltar (Beauvoir, 1970/1990, p. 65).

1.2 - O Envelhecimento na História da Medicina

Desde os tempos mais antigos, o envelhecimento foi tratado como o declínio do organismo. Beauvoir (1970/1990), em seu ensaio sobre a velhice, remonta à trajetória da medicina e sua concepção de velhice atrelada à degradação do ser humano. A autora aponta que desde a antiguidade os homens procuram as causas da velhice e as respostas que foram dadas dependeram da concepção que o modelo médico forneceu sobre a vida.

Segundo Beauvoir (1970/1990), é apenas com Hipócrates que a medicina se afasta da magia e da metafísica religiosa para tornar-se uma ciência.

Hipócrates retomou a teoria pitagórica dos quatro humores: sangue, fleuma, bile amarela, bile negra; a doença resulta de uma ruptura do equilíbrio entre eles; a velhice também. Ela começava aos 56 anos, segundo o médico grego. É ele o primeiro a comparar as etapas da vida humana às quatro estações da natureza, e a velhice ao inverno. (Eles tem menos necessidade de comida que os jovens. Sofrem de dificuldades respiratórias, de catarros que acarretam acesso de tosse, sofrem de disúria, de dores nas articulações, de doenças nos rins, de vertigens, de apoplexia, de caquexia, de prurido generalizado, de sonolência; expelem água pelos intestinos, pelos olhos, pelas narinas; freqüentemente têm catarata; sua vista é fraca, ouvem mal.) Em todos os domínios, ele aconselha aos velhos a moderação, mas também sugere que não interrompam suas atividades (Beauvoir, 1970/1990, pp. 23-24).

Depois de Hipócrates, Aristóteles comparou a vida ao calor interior e o envelhecimento ao resfriamento desse calor. No século II, com Galeno, a velhice foi conceituada como a fase que intermediava a doença e a saúde. Segundo Beauvoir

(1970/1990), Galeno não considera a velhice necessariamente uma patologia, embora ela enfraqueça as funções biológicas do ser humano. Ele conciliou as explicações baseadas nos humores e no calor interior, que se desidrataria, levando os humores a evaporarem. O velho, portanto, deveria tomar banhos quentes e beber vinho para manter seu corpo aquecido e hidratado.

Beauvoir (1970/1990) salienta que por séculos a medicina apenas reproduziu a obra de Galeno. Ela aponta que na Idade Média a medicina pouco avançou e que por isso os estudos acerca do envelhecimento permaneceram estacionados. Desenvolveu-se então, um conjunto de obras que se ocupavam de direcionar uma prevenção da velhice.

Até o fim do século XV, todas as obras sobre a velhice são tratados de higiene. A escola de Montpellier redige também 'regimes de saúde'. No fim do século XV, produz-se na Itália um renascimento da ciência paralelo ao das artes. O médico Zerbi escreve uma *Gerontocomia* que é a primeira monografia dedicada à patologia da velhice. Mas ele não inventa nada (Beauvoir, 1970/1990, p. 25).

Foi com o advento da anatomia que a medicina fez um progresso mais concreto. Com a permissão para dissecação de corpos humanos, o pintor Leonardo da Vinci, para melhor representar os corpos humanos em suas obras, passou a dissecar cadáveres e representar em suas pinturas não apenas corpos de velhos, mas também a ação do envelhecimento sobre os órgãos dos velhos que dissecou. A partir daí a anatomia progrediu, mas a metafísica continuava permeando a medicina. Paracelso, no século XVI, escreveu que a velhice é o resultado da auto-intoxicação do composto químico que é o homem. (Beauvoir, 1970/1990).

De acordo com essa autora, nos séculos XVII e XVIII os escritos sobre a velhice são ainda primordialmente orientados para uma higiene da velhice. Porém, com a influencia do

racionalismo e em conformidade com os preceitos mecanicistas aos quais a burguesia em ascensão se afilia, surge um novo pensamento a respeito do ser humano. O corpo humano passa a ser comparado a uma máquina.

Eles retomam, portanto, as teorias dos mecanicistas da Antiguidade sobre a velhice: o organismo degrada-se como se gasta uma máquina que serviu durante muito tempo. Esta tese conservou defensores até o século XIX, e foi mesmo nesse momento que esteve mais em voga. Mas a noção de “desgaste” permaneceu sempre muito vaga. Por outro lado, Stahl inaugura a teoria conhecida pelo nome de vitalismo: existiria no homem um princípio vital, uma entidade, cujo enfraquecimento acarretaria a velhice, e o desaparecimento, a morte (Beauvoir, 1970/1990, p. 27).

À época, salienta essa autora, a medicina esbarrava em dificuldades teóricas e disputas entre os antigos e os novos modelos, embora fizesse progressos no campo da anatomia, que contribuía muito para o desenvolvimento dos estudos acerca do envelhecimento humano.

Contudo, foi apenas no final do século XIX que a geriatria passou a existir, mesmo sem ainda adotar especificamente este nome para si. Os idosos passaram a lotar os asilos na Europa e a medicina dispôs de muitos sujeitos para suas investigações. Os estudos foram abandonando o caráter preventivo das prescrições de higiene para a velhice e passaram a se dedicar ao tratamento das doenças de caráter primordialmente crônico que acometiam os velhos. Os autores passaram à investigação mais específica das funções orgânicas e suas relações com o envelhecimento. Surgiram então, novas teorizações acerca das causas do envelhecimento, algumas ainda bastante reducionistas, como a que atribuiu o envelhecimento à involução das glândulas sexuais, ou a que determinou, no começo do século XX, que o ser humano tem a idade de suas artérias (Beauvoir, 1970/1990).

Foi também no início no século XX que a geriatria afirmou-se enquanto campo específico da medicina, consolidada pelo médico Nascher, que em 1912 criou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque. A partir daí as pesquisas sobre a senescência se desenvolveram, atendendo a uma demanda numericamente consistente, consequência da concentração de idosos nas grandes cidades em virtude do crescente processo de industrialização. Mas foi apenas a partir de 1930 que as pesquisas sobre o envelhecimento assumiram um caráter mais amplo, menos reducionista e as associações para pesquisa sobre o tema se multiplicaram nos Estados Unidos (Beauvoir, 1970/1990).

Segundo Beauvoir (1970/1990) “a medicina moderna não pretende mais atribuir uma causa ao envelhecimento biológico: ela o considera inerente ao processo da vida, do mesmo modo que o nascimento, o crescimento, a reprodução, a morte” (p. 32).

Hoje a medicina é responsável por grande parte da produção teórica acerca do envelhecimento, tema que será mais profundamente abordado no terceiro capítulo da presente monografia.

2 - A Velhice Hoje

A velhice, tema em voga no século XXI, não pode ser compreendida apenas no âmbito das modificações orgânicas advindas da idade. Segundo Bosi (1973/1994) “além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem” (p. 77). As coisas, as pessoas e os seus comportamentos não são bons ou ruins em si mesmos; é a sociedade que lhes atribuí valor. Falar do idoso, no Brasil, no século XXI, sem analisar de maneira mais ampla a estrutura social vigente é um esforço sem recompensas reais. Os estudiosos do tema têm discorrido sobre o envelhecimento dos indivíduos, mas são poucos os trabalhos acerca do modo como a sociedade envelhece as pessoas.

É preciso salientar que a posição que o idoso ocupa na sociedade não é apenas uma combinação das alterações biológicas e do seu impacto nas relações do indivíduo com o mundo. São inúmeras as variáveis que determinam a condição do idoso e qualquer tentativa fragmentada de investigação desse fenômeno múltiplo é míope.

Segundo Beauvoir (1970/1990), “todas as civilizações que conhecemos caracterizam-se pela oposição entre uma classe exploradora e classes exploradas. A palavra velhice representa duas espécies de realidade profundamente diferentes, se considerarmos esta ou aquela” (p. 261).

Essa autora demonstrou que diferentes sociedades categorizam os indivíduos no grupo dos velhos de acordo com seus interesses e segundo as necessidades de um determinado esquema de organização social. Portanto, há uma grande diferença entre os sujeitos idosos e os papéis que desempenham na comunidade, e suas funções mudam de acordo com a classe social a que pertencem.

Segundo Haddad (1986), o envelhecimento no Brasil, visto que este é um país que adota uma estrutura de produção capitalista, é um fenômeno particularmente complexo, que não pode ser analisado apenas da perspectiva do envelhecimento individual.

Compreendo que a ideologia da velhice é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas na medida em que a produção das relações capitalistas implica a reprodução de idéias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sociais sobre a etapa final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção (Haddad, 1986, p. 16).

Portanto, a posição que o idoso ocupa atualmente deve ser entendida em termos da função que tem o indivíduo “improdutivo” no seio de uma sociedade capitalista. Se ele não mais produz, mas acumulou riquezas ao longo dos anos, certamente sua qualidade de vida é diversa daquele idoso que não possui bens ou casa própria e vive da sua parca aposentadoria. O primeiro pode ocupar uma posição social de prestígio, enquanto o segundo apenas engrossa a tão temida e problemática massa dos idosos que utilizam os serviços de saúde e previdência do Estado.

2.1 - A Posição do Idoso na Sociedade

O envelhecimento, nos dias de hoje, é tratado como um problema a ser resolvido. É um problema para o Estado, é um problema para a família. Os estudiosos do tema buscam uma resposta, uma solução. É preciso observar que é da perspectiva da negatividade que o conjunto dos indivíduos idosos é abordado, uma vez que a inversão da pirâmide etária no Brasil é apontada como uma grande ameaça ao desenvolvimento do país.

De acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2000, que considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais, o contingente de idosos constituía então 8% do total populacional no Brasil. A projeção do instituto é de que em 2020 eles serão 30 milhões e representarão 13% da população total. Haddad (1986) apontou que em 1980 eles constituíam 6% da população total, 1% a mais que em 1970. O crescimento do contingente de idosos atraiu a atenção da sociedade, assim como ocorreu na Europa na época da Revolução Industrial. Os idosos ganharam visibilidade por tornarem-se numerosos e onerosos para o Estado. Haddad (1986) apontou que o crescimento do número de idosos produz “o aparecimento da população como objeto de adestramento político e moral, matriz da produção de ideologias, inclusive as de natureza médica” (p. 18).

Segundo Haddad (1986), os estudiosos da velhice, médicos, psicólogos, cientistas sociais, apontam que o idoso precisa ser esclarecido acerca de suas condições biológicas, das limitações que virão, da necessidade de manter-se ativo e integrar-se socialmente. Sendo assim, ao idoso é atribuída a responsabilidade de sanar as dificuldades advindas da idade, e de preparar-se para a velhice, que lhe é também imposta socialmente.

2.1.1 - O Idoso Aposentado

Ângulo (1980, citado em Haddad, 1986) apontou que é preciso esclarecer os idosos acerca das limitações orgânicas do envelhecimento e explicar-lhes que a velhice não é uma doença. Segundo esse autor “devemos convencer as pessoas idosas de que ainda são muito úteis, podendo, inclusive, produzir algo de interesse próprio e também dos grupos e da comunidade a que pertencem” (p. 28).

Aparece na citação acima a idéia de que o idoso, para ter qualidade de vida, precisa continuar produzindo, para si e para a sociedade. Essa noção permeia a maioria dos discursos

acerca do envelhecimento e deve ser analisada de maneira ampla. Continuar produzindo não é intrinsecamente importante para ter-se uma velhice saudável. Não é a produção em si que melhora a vida do sujeito. O que a melhora é a representação da sociedade em relação ao sujeito, e a posição que ele ocupa na estrutura social, uma vez que no seio de um modo capitalista de produção, o indivíduo que não produz é um pária.

Berg (1979, citado em Haddad, 1986), em mais um exemplo de naturalização de uma condição histórica, afirma que a capacidade intelectual aumenta na velhice, prova disso seriam aqueles indivíduos que atingem o auge de sua produção intelectual depois dos 60 anos. Esse autor afirma que “o contrário ocorre com os que se aposentam, isto é, os que ficam inativos. Estes, praticamente, tornam-se uns mortos-vivos, ficam por aí pelas praças e outros lugares” (p. 29). Assim, o idoso inativo é tido como responsável por sua condição de afastamento das atividades de produção na sociedade e é discriminado por isso. O preconceito está explícito nas palavras de Berg, que ignora as condições sociais envolvidas no destino do idoso e perpetua a ideologia da velhice.

Sobre a constante campanha, dirigida aos idosos, recomendando que eles se mantenham intelectualmente ativos na velhice, Haddad (1986) afirma que “numa sociedade de classes, alicerçada na divisão social do trabalho, a poucos é reservado o privilégio do exercício de atividades intelectuais que lhes garanta, por extensão, esse privilégio na velhice” (p. 29). A autora aponta que esse tipo de discurso é tendencioso e elitista, uma vez que ignora as condições reais dos trabalhadores.

A aposentadoria é apontada pelos teóricos do envelhecimento como um momento especialmente crítico, um marco da velhice. O papel do idoso enquanto “improdutivo” é crucial para a definição de sua posição social.

Segundo Bosi (1973/1994), a sociedade industrial é cruel com o idoso, uma vez que lhe reserva o lugar da inatividade e o discrimina por isso.

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse, a propriedade, constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não *faz* nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais idéias da classe dominante, agem como loucas porque delineiam assim o *seu* próprio futuro (Bosi, 1973/1994, pp. 77-78).

Bosi (1973/1994) aponta para o fato de que o idoso financeiramente desfavorecido encontra-se sem saídas. Aposentar os indivíduos mais velhos é uma solução da sociedade capitalista para garantir a manutenção da estrutura de produção, para que os indivíduos mais jovens encontrem lugar no mercado de trabalho e porque o trabalhador mais velho “custa” mais caro ao empregador.

Haddad (1986) afirma que “segundo o saber gerontológico-geriátrico, a melhor terapia para a velhice é o trabalho” (p. 41). Segundo Stieglitz (1978, citado em Haddad, 1986) “o trabalho é o melhor prêmio que a vida pode oferecer ao homem. Sem ele, a vida perde completamente o sentido, passando a ser pesado fardo. Pesado e inútil. O que se faz preciso é trabalhar com entusiasmo e, sobretudo, com humor, pois desse é que nasce a sublime alegria de viver” (p. 42). Os médicos e demais teóricos do envelhecimento, até os dias de hoje, enfatizam a importância do trabalho para uma existência saudável e feliz. No entanto, é preciso ressaltar que profissões como a medicina, altamente prestigiosa em nossa sociedade, são reservadas a poucos indivíduos. Existem trabalhos, necessários à manutenção da estrutura social, que não proporcionam ao indivíduo uma “sublime alegria de viver” e que são fisicamente desgastantes, ao ponto de fazer com que o sujeito adoça e tenha que deixar o exercício profissional. Por exemplo, indivíduos que trabalham na queima da lenha para a

produção do carvão vegetal, tendo em vista que as carvoarias são ambientes extremamente hostis, têm grande probabilidade de sofrerem maiores desgastes orgânicos, que venham a incapacitá-los para o trabalho. Nesse caso, o trabalho em si dificilmente produziria uma velhice feliz, embora, para a grande maioria dos trabalhadores, parar de trabalhar não seja uma opção.

É uma lei histórica de que (sic) no sistema capitalista o crescimento da pobreza é diretamente proporcional ao crescimento da riqueza produzida pelo trabalhador. A gerontologia e a geriatria, através do amplo receituário expresso nas normas por elas criadas, ocultam, com suas propostas paternalistas, o destino da classe trabalhadora: seu fim de vida não poderá ser diferente da existência historicamente determinada pelo sistema capitalista (Haddad, 1986, pp. 42-43).

Haddad (1986) ressalta que, na grande maioria dos casos, o aposentado procura inserir-se novamente no mercado de trabalho por conta das precárias condições de vida destinada aos dependentes da Previdência Social, e não porque encontre felicidade e realização no trabalho. É necessário salientar que, embora o trabalho seja receitado ao idoso, o mercado de trabalho não está aberto aos sujeitos dessa categoria, que poucas chances têm na competição por um emprego.

E se, na velhice, os homens sentem o vazio instalado com a aposentadoria, é porque no processo de reificação a que estão submetidos, o “prestígio” ocupado pelo trabalho foi por eles internalizado através do longo processo de educação para a vida produtiva e, conseqüentemente, é por eles próprios reproduzido. Quando a prática de trabalho cessa

pela aposentadoria, o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é, a despeito do que já tenha feito (Haddad, 1986, p. 48).

Beauvoir (1970/1990) aponta que as sociedades capitalistas “levam em consideração quase que exclusivamente o interesse da economia, isto é, do capitalismo, e não o das pessoas. Eliminados cedo do mercado de trabalho, os aposentados constituem uma carga que as sociedades baseadas no lucro assumem mesquinamente” (p. 277).

O grupo dos idosos representa na nossa sociedade a parcela improdutiva e dependente. Ao contrário das crianças, que estão sendo preparadas para serem os futuros produtores, os idosos não têm papel senão o de carga, e hoje são apontados como as âncoras do desenvolvimento social. Assim como os nômades descartavam seus velhos por frearem a coletividade nas longas caminhadas, os idosos hoje vão tornando-se numerosos e já são vistos como um problema de todos. As soluções apontadas, segundo Haddad (1986), não passam de reproduções de uma ideologia capitalista de produção.

2.1.2 - O Idoso Aprendiz.

As propostas de ação sobre o envelhecimento populacional passam necessariamente por uma educação do idoso para a velhice. Os teóricos do envelhecimento afirmam que há uma urgente necessidade de se capacitar os profissionais envolvidos com o tema para que possam ser agentes educadores dos idosos. Haddad (1986) aponta que a geriatria e a gerontologia afirmam que é preciso “saber envelhecer” e que os idosos devem receber orientações do saber científico acerca deles mesmos para que empreendam com sucesso essa tarefa.

O geriatra Jarbas José Ávila (1978, citado em Haddad, 1986) afirma que os velhos são uma carga para a sociedade, um peso morto, embora possam continuar produtivos por muito tempo. Ávila diz que “todos nós odiamos a velhice e em nenhum momento de nossa vida nos preparamos para o inexorável envelhecimento” (1978, citado em Haddad, 1986, p. 34), e conclui que “compete às gerações mais jovens, não só educarem para a velhice, como também facilitar aos velhos atuais os meios para que os últimos anos de suas vidas sejam úteis e felizes” (p. 34). Segundo Rossi (1981, citado em Haddad, 1986) “o adulto deve ser ensinado para a velhice, assim como se procura ensinar a criança para a vida” (p. 34).

A noção de que o sujeito deve ser ensinado para a velhice permeia os discursos presentes nos meios de comunicação de massa atualmente. Não é raro encontrar na televisão um profissional de saúde, ou mesmo idosos, falando que é preciso “saber envelhecer” ou que saber envelhecer é a chave para ter-se uma velhice feliz. O significado de tais afirmações é bastante obscuro.

A aprendizagem da arte de saber envelhecer, a educação para a velhice, proposta pelo saber médico, fazendo parte do conjunto de representações sobre a velhice, projeções na consciência dos seus formuladores de condições históricas determinadas, é fruto da sistematização doutrinária, abstrata, da própria realidade. A velhice é considerada como independente das condições materiais de existência dos seus protagonistas (Haddad, 1986, p. 36).

Não causa espanto o fato de que, na nossa sociedade capitalista, que tem no individualismo e na aquisição de conhecimento dois de seus principais pilares, seja o idoso responsabilizado por “saber envelhecer”.

Debert (2003) discorre sobre a reprivatização da velhice, que é a noção de que ser velho ou não é uma escolha que o indivíduo faz. A autora aponta neste modelo “ser velho é o resultado de uma espécie de lassitude moral, um problema de indivíduos descuidados que foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras e adotar o consumo de bens e serviços capazes de combater o envelhecimento” (p. 155). Tal concepção ignora completamente as condições reais dos indivíduos em uma sociedade de classes e coloca sobre o sujeito a responsabilidade de manter-se conectado ao mundo atual, ativo, dinâmico, “jovem de espírito”.

Haddad (1986), sobre a noção de que o idoso deve ser educado para a velhice diz que “o mundo real que é ocultado, produtor da velhice trágica, é o mundo da práxis humana, determinação da existência humana como elaboração da realidade” (p. 36). Essa autora conclui que “‘a educação para a velhice’, integrante das representações sobre a velhice, enquanto parte da cultura capitalista, é condição fundamental à produção das relações capitalistas” (p. 36).

Embora tenha sido relegado por forças extrínsecas ao papel de improdutivo, o idoso é tido como ignorante sobre si mesmo e responsável por aprender a envelhecer. Nessa concepção, o papel dos educadores é reivindicado pelos teóricos da velhice, que atribuem ao saber científico acerca do tema a solução dos problemas criados pelo conjunto dos velhos na sociedade.

Haddad (1986) aponta que essa noção de envelhecimento serve à manutenção da ordem social vigente e é especialmente cruel para com os idosos que dependem da Previdência Social.

2.2 - Representações Sociais da Velhice na Atualidade

Segundo Moscovici (1981, citado em Teixeira, Schulze & Camargo, 2002) as representações sociais são conceitos do cotidiano, noções extraídas das relações entre os indivíduos de uma sociedade.

O modo como os idosos vivenciam a velhice é diverso entre eles. A maneira como são tratados pela sociedade, pelos familiares, depende de um conjunto complexo de variáveis. O fator econômico influencia profundamente as relações do meio com o indivíduo idoso. As condições de saúde fazem a diferença quando se classifica o idoso em dependente ou independente. Entretanto, existe no senso comum um leque de representações sobre a categoria de idoso, que se propaga nos meios de comunicação, nos anúncios comerciais, e é por tais veículos reafirmado.

Uchôa (2003) afirmou que prevalece no Ocidente uma visão de que a velhice é um declínio, sendo esse fenômeno marcado pela decrepitude do organismo e pela perda. De acordo com Corin (1985, citada em Uchôa, 2003), a velhice é representada socialmente em termos negativos, é o tempo da falta e da perda dos papéis sociais que têm valor na cultura. Gognalons-Caillard (1979, citado em Uchôa, 2003) associa a visão negativa da velhice ao fato de que, no Ocidente, esta encontra-se oposta à inventividade e ao dinamismo, valores caros à sociedade centrada na produção e que são atribuídos à juventude.

Debert (2003) fala da imagem do idoso nos comerciais de televisão. A autora aponta que o idoso aparece por vezes como uma pessoa frágil, dependente, fora de sintonia com os valores e as práticas sociais atuais. Por outras, seu papel no comercial é o de subverter, adotando comportamentos que são considerados “modernos” demais para ele.

Essa autora ressalta que os profissionais de marketing no Brasil não consideram os idosos interessantes para o mercado, enquanto grupo específico de consumidores. Nos

Estados Unidos eles constituem um grupo mais expressivo de consumo, mas apenas os idosos que dispõem de maiores recursos financeiros são relevantes, aqueles que possuem baixa renda ou estão doentes são excluídos da conta. No Brasil, uma pesquisa feita com consumidores das classes A e B, com idades entre 50 e 69 anos, demonstrou que a instabilidade da situação da aposentadoria e a insegurança financeira dos idosos os transformam em consumidores pessimistas, constituindo um grupo consumidor menos expressivo. A pesquisa demonstrou também que os idosos reagem mal às propagandas que usam referências negativas da velhice para vender produtos (Debert, 2003).

Em sua pesquisa sobre o idoso na propaganda, Debert (2003) classificou os comerciais de televisão analisados em três formas de tratar a velhice. No primeiro grupo, quatro entre dez anúncios tratavam a velhice como um momento de perdas e de decrepitude física. Tais propagandas fazem uso de estereótipos da velhice, como o do velho avarento, e os produtos que anunciam são direcionados para um público mais jovem. A autora descreveu uma propaganda que gerou polêmica, por haver explorado o estereótipo do velho surdo.

Por último, nesse conjunto, temos a propaganda de um financiamento bancário. Uma velhinha entra em casa com um pacote e diz para o marido que comprou um aparelho de som. O marido pergunta “Hein”, como se não ouvisse o que a mulher está dizendo. “Som, vitrola, aquele que a gente estava juntando dinheiro desde o nosso casamento. Comprei”, diz a mulher em voz alta como quem se dirige a uma pessoa surda. E o marido continua “hein, hein”, enquanto o locutor promove o financiamento, cuja vantagem é oferecer o empréstimo em uma semana (Debert, 2003, p. 145).

Debert (2003) entrevistou o criador da propaganda, que afirmou que é comum o exagero na publicidade para dar humor à criação. O criador relatou que na propaganda “o

exagero foi esse: para que ficar esperando o resto da vida para comprar o aparelho de som? Você já vai estar velhinho, ou surdo, ou outra coisa, e não vai adiantar mais” (Debert, 2003, p. 145) e contou que a escolha dos atores idosos é feita cuidadosamente, de modo que não são escalados idosos “baixo-astrol”, com “cara de pobrezinhos”, para evitar que a propaganda fique deprimente. A obviedade do preconceito na fala do publicitário dispensa maiores comentários; entretanto, vale ressaltar que a velhice é comumente representada como uma fase em que o desgaste orgânico impossibilita vivências prazerosas ao indivíduo.

A segunda forma de abordar a velhice na propaganda descrita por Debert (2003), que reuniu três comerciais, retrata o idoso como uma pessoa poderosa e ativa.

A propaganda de um Banco mostra a cena de um casamento em que o noivo/investidor bem-sucedido, um homem velho, está casando com uma jovem que poderia ser sua filha. O anúncio das fraldas geriátricas traz um lindo casal dançando elegantemente ao som de uma valsa e se encerra com imagens da fralda e uma locução em *off*: "Ela tem incontinência urinária. Ela se sente protegida. Ela usa o novo descartável... Viver melhor é só uma questão de bem-estar". A terceira propaganda é de um tênis: uma cena de jovens cantando e dançando ao som de um *rapp* é cortada pela entrada de um velho de bengala que, ao calçar o tênis, começa a dançar do mesmo modo que os jovens (Debert, 2003, p. 147).

Com exceção da segunda propaganda citada, o que faz do idoso uma figura bem-sucedida e poderosa é a sua associação com os valores da juventude. Ou seja, embora os anúncios tenham sido classificados como enaltecendo o idoso, a mensagem que transmitem é a de que, comprando um serviço ou produto, o idoso fica feliz porque tem acesso às práticas que são, prioritariamente, dos jovens.

O terceiro grupo reuniu as três propagandas que utilizaram a figura do idoso para subverter padrões sociais, não necessariamente para vender produtos destinados ao público idoso. Uma propaganda de margarina mostrava uma avó que, na cama com o namorado, é flagrada pelos familiares e, com ironia, pede que eles se tranquilizem, pois os dois vão se casar. A criadora da propaganda afirmou que ela foi desenvolvida para agradar as consumidoras entre 40 e 50 anos, mostrando a velhinha que elas gostariam de se tornar. Uma outra propaganda mostrava uma idosa falando sobre a economia de tempo que um forno de microondas proporcionava, e que, utilizando o produto, tinha-se tempo para atividades mais prazerosas, como o sexo. O criador da propaganda assim se pronunciou:

O forno de microondas é uma coisa moderna, jovem, prática e etc. É isto que a gente quer vender. O estereótipo que se tem do velho, eu não vou entrar aqui em julgamento de valores, mas é assim que as pessoas percebem, o velho está do lado oposto disso aí. O velho não é jovem, obviamente. Não é prático, não precisa economizar seu tempo e tal. E a grande idéia deste comercial está justamente aí. Você pegar uma pessoa que não precisa de praticidade, uma pessoa que não precisa dos benefícios que a gente está oferecendo... e traz para cá, e justamente com essa pessoa a gente consegue vender esses benefícios. Então eu imagino que as pessoas devem pensar mais ou menos assim: Poxa! Se até essa velhinha aí, que não faz sexo, que não precisa de uma vida mais prática, etc., etc., se até ela está com esse forno, imagina os benefícios que este microondas pode ter para a minha vida (Debert, 2003, p. 149).

O relato do publicitário explicita os valores capitalistas que excluem o idoso e a representação da velhice em uma sociedade de consumo. O valor atribuído ao idoso é

mínimo, justamente porque ele, teoricamente, não produz, não consome e não acompanha a velocidade das transformações do mundo globalizado.

Por isso, não causa espanto que muitas pessoas tenham aversão ao processo de envelhecimento. O mesmo mercado que incute na população a noção de que o velho é ridículo, desatualizado e não tem prazer de viver, lucra com a venda dos, tão em voga, produtos para retardar o envelhecimento. Deixar que o envelhecimento cutâneo tome lugar é quase um pesadelo para boa parte dos homens e mulheres mais jovens. As clínicas de estética se proliferam, assim como os produtos “anti-idade”, cujo nome não deixa dúvidas sobre o valor atribuído à velhice por esse segmento.

É interessante ressaltar que as sociedades capitalistas menosprezam os bens de consumo usados, ou seja, velhos. Os produtos velhos não têm valor, e boa parte dos produtos é propositalmente feita para não durar por muito tempo. Nada mais necessário para uma sociedade capitalista do que a noção de que se deve trocar o velho pelo novo, seja um carro, uma televisão ou um padrão de comportamento. Assim sendo, uma vez que a sociedade de consumo é afeita aos valores associados à juventude, os idosos, que representam a tão temida obsolescência, são esquecidos, ignorados, ridicularizados. Quando notados, são convidados a retroagir no tempo para manterem-se jovens e, portanto, felizes.

Beauvoir (1970/1990) afirma que as sociedades de repetição, que se orientam por um determinado ciclo de atividades, valorizam o idoso porque ele possui conhecimentos necessários à sobrevivência da coletividade. A memória do idoso é relevante e lhe confere respeitabilidade. O inverso ocorre nas sociedades capitalistas, nas quais o conhecimento é volátil e torna-se obsoleto com uma rapidez vertiginosa. Uma sociedade que tem acesso a um site de busca capaz de armazenar quantidades assombrosas de informações atribui um valor menor à memória e às experiências dos idosos, que são tidos como indivíduos ultrapassados.

3 - A Produção Científica Acerca do Envelhecimento

O envelhecimento humano vem sendo estudado por profissionais de diferentes áreas, e, portanto, existem diversas abordagens acerca do tema. Há diferentes focos de interesse sobre o fenômeno, que é múltiplo, mas que tem sido fragmentado pelos pesquisadores que se aproximam dele, de acordo com o interesse próprio de suas respectivas áreas de estudo. Segundo Morin (2004) “Quando nos limitamos às disciplinas compartimentadas – ao vocabulário, à linguagem própria a cada disciplina – temos a impressão de estar diante de um quebra-cabeças cujas peças não conseguimos juntar a fim de compor uma figura” (p. 491). De fato, os estudos sobre envelhecimento humano não chegam a compor um quadro unificado de saber e são diversas as posições acerca do tema. Siqueira, Botelho e Coelho (2002), em seu artigo acerca dos estudos que contemplam a velhice, categorizaram a produção literária sobre o envelhecimento humano em quatro perspectivas de análise:

Na perspectiva “biológico/comportamentalista” discutem-se aqueles estudos que se ocupam do processo de envelhecimento fisiológico. Na perspectiva “economicista” analisa-se o impacto econômico do envelhecimento social, discutindo-se questões relativas à demanda por serviços de saúde e benefícios previdenciários. Na perspectiva “sociocultural”, a velhice é entendida como uma construção social e se reflete sobre as possíveis formas de representação desta. A quarta perspectiva, “transdisciplinar”, representa uma dimensão que se esforça em contemplar o conjunto dos aspectos (biológico, econômico, sociocultural) apontados nas perspectivas anteriores. (Siqueira et al., 2002, p. 899)

A perspectiva denominada “biológico/comportamentalista” conta com gerontólogos e geriatras como agentes de sua produção. Nela, o interesse principal está no processo de decrepitude física, resultado dos processos degenerativos naturais do organismo humano. O idoso é, então, portador de múltiplas patologias que devem ser retardadas (Siqueira et al., 2002). Essa perspectiva procura validar a importância dos estudos que produz com o argumento de que o envelhecimento populacional é um fenômeno que deve ser estudado pelos profissionais das ciências da saúde, uma vez que a inversão da pirâmide etária no Brasil modifica as demandas dos serviços de saúde pública. Essa inversão consiste em um estreitamento da base da pirâmide etária populacional e um alargamento do seu ápice. Na base encontram-se os mais jovens, no ápice estão os idosos. Há, portanto, uma inversão epidemiológica, uma vez que as doenças que acometem a população mais idosa são em geral crônicas e ocasionam um dispêndio maior de recursos para os tratamentos das mesmas. Os quadros infecto-contagiosos, por exemplo, são substituídos por quadros mais complexos, como as doenças crônico-degenerativas, características das populações mais velhas (Siqueira et al., 2002).

O envelhecimento é visto como algo que deve ser retardado, tratado e prevenido tanto no plano individual quanto no coletivo. A velhice passa a ser um problema para cada idoso e o conjunto dos velhos é um problema para o Estado, que deve formular soluções para a questão do envelhecimento populacional, no intuito de evitar um colapso do Sistema Único de Saúde.

Segundo Siqueira et al. (2002), na perspectiva “economicista” somam-se aos trabalhos de gerontólogos e geriatras aqueles desenvolvidos pelos cientistas sociais. Nesses estudos, a velhice é tratada não como um período marcado pela decrepitude física, mas pela inatividade e pelo afastamento das atividades de produção no mercado de trabalho. O foco é o momento em que o sujeito torna-se um ex-trabalhador, improdutivo. As autoras apontam que o

desligamento do mercado de trabalho está mais relacionado com a necessidade de se manter uma estrutura social de produção do que com as limitações impostas pelo envelhecimento do organismo do trabalhador e suas possíveis conseqüências limitadoras para o trabalho. A aposentadoria, segundo Salgado (1997, citado em Siqueira et al., 2002), “(...) decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho sob o ponto de vista biológico (...)” (p. 902). Esta seria “uma forma de produzir a rotatividade de mão-de-obra no trabalho, pela troca de gerações” (p. 902).

Na perspectiva “economicista”, assim como nos estudos de viés “biológico/comportamental”, o envelhecimento demográfico é apontado como motivo para que maiores esforços sejam empregados na causa da velhice, evitando que o Estado sofra um abalo não apenas pela sobrecarga do Sistema Único de Saúde, mas também pelo aumento da demanda para a Previdência Social (Siqueira et al., 2002). A abordagem “economicista” representa exemplarmente a demanda construída para o estudo do envelhecimento, que tem movido teóricos das mais diversas abordagens no intuito de dar cabo do “problema” da velhice.

A abordagem “socioculturalista” faz referência à velhice como sendo socialmente construída. Para os cientistas sociais que adotam esse viés, o envelhecimento do sujeito é determinado pela cultura em que ele está imerso, uma vez que as práticas sociais vigentes em seu meio determinam categorias de pessoas baseando-se em uma classificação etária e sugerem como os indivíduos de cada categoria devem se comportar e como devem ser tratados. Nessa perspectiva, existem estudos dedicados à compreensão do surgimento da velhice enquanto categoria. Tais estudos tratam também das diferentes representações sobre velhice em culturas diversas, e da variedade de tratamentos dispensados a idosos de uma mesma cultura, determinada, por exemplo, pelas diferenças socioeconômicas entre os sujeitos idosos. (Siqueira et al., 2002).

Siqueira et al. (2002) salientam que a abordagem “socioculturalista” aparece como uma crítica às duas primeiras abordagens citadas, com o argumento de que questões demográficas e econômicas são relevantes, porém não fornecem explicações suficientes na investigação do complexo fenômeno do envelhecimento humano.

A última perspectiva de análise citada por Siqueira et al. (2002), a “transdisciplinar”, se esforça em compreender o fenômeno do envelhecimento humano como um processo dependente do conjunto de variáveis estudadas pelas três primeiras abordagens. O envelhecimento é visto como um fenômeno dependente de fatores biológicos e sociais, múltiplo e diferentemente vivenciado e representado por cada indivíduo.

Siqueira et al. (2002) apontam que as três primeiras perspectivas de análise podem produzir conclusões reducionistas acerca do envelhecimento humano e que a última, por encerrar a velhice na experiência única de cada indivíduo, pode encontrar problemas de ordem teórico-conceitual, o que dificultaria a investigação de questões mais amplas acerca do envelhecimento. Apontam também para a falta de estudos que investiguem e discutam o que se produz acerca do envelhecimento humano e as implicações desta produção na sociedade, investigação esta que seria justamente o objetivo deste trabalho.

3.1 - Uma Proposta de Classificação da Literatura Acerca do Envelhecimento

Uma pesquisa por artigos sobre o tema foi realizada pela autora da presente monografia, no banco de dados SciELO, com a palavra-chave “envelhecimento” e foram encontrados 164 artigos, dos quais 32 foram descartados por tratarem do envelhecimento de materiais tais como a borracha, ou de sujeitos não humanos, no caso dos ratos. Restaram 132 artigos sobre o envelhecimento em humanos, que foram agrupados em quatro categorias:

“socio-histórica/transdisciplinar”, “biológico/comportamental”, “economicista/demográfica” e “epistemologia da pesquisa sobre envelhecimento”, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01: Categorização dos artigos encontrados no SciELO a partir da palavra-chave “envelhecimento”.

Perspectivas	Número de artigos
Biológico/comportamental	93
Economicista/demográfica	15
Sócio-histórica/transdisciplinar	13
Epistemologia da pesquisa sobre envelhecimento	11
Total	132

Dos 132 artigos sobre envelhecimento humano encontrados na pesquisa, 93 encaixaram-se na perspectiva “biológico/comportamental”. Os artigos agrupados nessa categoria tratam, em sua maioria, do envelhecimento de estruturas fisiológicas e das patologias decorrentes do mesmo. O foco desses artigos parece ser a própria estrutura em questão, e são analisadas suas relações com o envelhecimento. Há artigos que tratam de temas muito específicos, como no caso dos títulos “Envelhecimento do processamento temporal auditivo” (Neves & Feitosa, 2002, p. 275) e “Relação entre idade e motilidade do esôfago em pacientes com doença do refluxo gastroesofágico” (Dantas & Aprile, 2006, p.107). Outros estudos ocupam-se da investigação da prevalência de determinadas doenças e fatores associados em grupos de idosos, como no caso título “Diabetes tipo 2: prevalência e fatores associados em uma comunidade brasileira. Projeto Bambuí de estudo de saúde e envelhecimento” (Passos, Barreto, Diniz & Lima-Costa, 2005, p. 66).

Ainda dentro da categoria “biológico/comportamental” há estudos que se ocupam da validação de instrumentos para a avaliação de patologias em grupos de idosos, como no caso

do título “Dinamometria isocinética na determinação da evolução da artroplastia total do joelho em mulheres idosas” (Aquino & Leme, 2006, p. 215). Também estão em foco nessa abordagem uma série de perdas funcionais e distúrbios causados pelo envelhecimento do organismo, interesse que aparece nos títulos “Distúrbios miccionais e anormalidades urodinâmicas em pacientes idosos” (Gomes, Arap & Trigo-Rocha, 2004, p. 206), “Incapacidade funcional entre as mulheres idosas no Brasil” (Parahyba, Veras & Melzer, 2005, p. 383) e “Declínio da capacidade cognitiva durante o envelhecimento” (Charchat-Fichman, Caramelli, Sameshima & Nitrini, 2005, p. 79). Fica claro que, nessa perspectiva de análise, o tempo da velhice é marcado pela incapacidade e pela perda de qualidade de vida em função do envelhecimento do organismo.

Estão incluídos nessa perspectiva ainda os estudos que tratam de dados demográficos para determinar o perfil de uma clientela constituída por idosos e cujo foco é a delimitação de um perfil epidemiológico. Tais estudos, como apontou Siqueira et al. (2002), justificam a sua relevância com argumentos de ordem demográfica e apontam o alargamento do ápice da pirâmide etária no Brasil como um fator preocupante que encarece os procedimentos hospitalares, uma vez que há um aumento de doentes crônicos. Seguem exemplos desses argumentos:

Com o considerável aumento da população idosa, cresce a necessidade de profissionais capacitados a lidar com esta faixa etária, em especial de profissionais de saúde. O objetivo principal deste trabalho é comparar o perfil epidemiológico dos adultos e idosos atendidos no curso de Odontologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR (Silva & Saintrain, 2006, p. 242).

Há uma atenção crescente de clínicos e pesquisadores ao estudo do envelhecimento. É essencial um maior conhecimento sobre a população idosa, tendo em vista a melhoria de sua saúde, a capacitação de profissionais, e o planejamento de políticas públicas (Linhares et al., 2003, p. 319).

Com o envelhecimento populacional, temos um aumento da prevalência de doenças crônicas e incapacitantes e uma mudança de paradigma na saúde pública. As doenças diagnosticadas num indivíduo idoso geralmente não admitem cura e, se não forem devidamente tratadas e acompanhadas ao longo dos anos, tendem a apresentar complicações e seqüelas que comprometem a independência e a autonomia do paciente (Ramos, 2003, p. 793).

Assim sendo, de acordo com essa perspectiva de análise, o envelhecimento humano deve ser prevenido e combatido para que o indivíduo possa ter saúde e para que permaneça funcional, condições apontadas pelos teóricos como necessárias para uma velhice com qualidade de vida.

Na categoria “economicista/demográfica” estão agrupados os artigos que tratam do envelhecimento como um fenômeno marcado pela improdutividade do indivíduo e propõem saídas para o problema da previdência, que se instalou com o crescimento da população idosa. Outros artigos focam a questão da inversão da pirâmide populacional e procuram dimensionar as conseqüências do fenômeno em diversas instâncias sociais. Títulos como “O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas” (Wong & Carvalho, 2006, p. 5), “Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade” (Veras, Ramos & Kalache, 1987, p. 225) e “O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico” (Carvalho & Garcia, 2003, p. 725) tratam

do processo de crescimento da população idosa em si e das conseqüências sociais do fenômeno. Os artigos “Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil” (Paiva & Wajnman, 2005, p. 303), “Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil” (Giatti & Barreto, 2003, p. 759) e “Trabalho feminino e saúde na terceira idade” (Giatti & Barreto, 2002, p. 825), têm seu foco na passagem dos indivíduos para a improdutividade e o impacto do fenômeno do envelhecimento populacional sobre a economia do país. Os estudos da abordagem “economicista/comportamental” procuram registrar e analisar dados que legitimem a urgência de medidas por parte do Estado com relação ao crescimento da população idosa, que é apontada como causadora de inúmeros problemas ao Estado.

Na categoria “sócio-histórica/transdisciplinar”, os estudos com o viés “sociocultural” e “transdisciplinar” propostos por Siqueira et al. (2002) não foram diferenciados, uma vez que os artigos encontrados na pesquisa contemplaram, no mínimo superficialmente, uma pluralidade de aspectos do envelhecimento, e a velhice foi abordada nos planos biológico, sociocultural e econômico. Nela foram agrupados apenas 13 artigos. Tais estudos ocupam-se da investigação dos fatores associados ao envelhecimento bem-sucedido, da definição do que vem a ser a qualidade de vida na velhice, dos papéis do idoso na sociedade e das representações sociais da velhice. Títulos como “Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos” (Pereira et al., 2006, p. 27), “Fatores associados ao envelhecimento bem-sucedido de idosos socialmente ativos da região metropolitana de Porto Alegre” (Moraes & Souza, 2005, p. 302) e “Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina” (Mori & Coelho, 2004, p. 177) investigam as variáveis que constituiriam a velhice bem-sucedida. Pereira et al. (2006) apontam que existem várias definições de qualidade de vida. Na literatura médica, a qualidade de vida aparece associada à ausência de doenças crônicas e à manutenção da capacidade funcional do indivíduo, enquanto que, para a Organização Mundial de Saúde, trata-se de um

conceito múltiplo e subjetivo que varia entre os sujeitos de acordo com a posição social que ocupam e com a satisfação ou não de suas necessidades individuais. Artigos como “Papéis sociais e envelhecimento em uma perspectiva de curso de vida” (Silva & Günter, 2000, p. 31), “Representações sociais do envelhecimento” (Veloz, Nascimento-Schulze & Camargo, 1999, p. 479) e “Concepções e práticas do agente comunitário na atenção à saúde do idoso” (Bezerra, Espírito Santo & Batista Filho, 2005, p. 809) tratam do modo como a velhice é representada socialmente e do papel do idoso na sociedade. Os estudos classificados na categoria “sócio-histórica/transdisciplinar” são importantes para que se possa ampliar a visão acerca do envelhecimento humano, enquanto fenômeno individual, interagindo com o meio e sendo influenciado pelas representações produzidas por ele.

Foram incluídos 11 artigos na categoria “epistemologia da pesquisa sobre envelhecimento”. Tais artigos tratam, em sua maioria, da gerontologia enquanto ciência do envelhecimento, das implicações sociais de suas produções e da competência de seus estudos para sustentar medidas relativas ao “problema” do envelhecimento populacional. Esse é o caso dos títulos “O ser que envelhece: técnica, ciência e saber” (Prado & Sayd, 2007, p. 247) e “A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político” (Prado & Sayd, 2006, p. 491). Alguns artigos procuram discutir o que é produzido sobre o envelhecimento humano, sem focar a gerontologia ou a geriatria especificamente, como no caso dos títulos “A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais” (Siqueira, Botelho & Coelho, 2002, p. 899) e “A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa” (Prado e Sayd, 2004, p. 57).

É interessante apontar que Prado e Sayd (2004) demonstraram, com base em dados do ano 2000, que as Ciências da Saúde e as Ciências Biológicas representam 87,1% dos grupos de pesquisas específicas sobre o envelhecimento humano e concluem que a medicina, a enfermagem e a odontologia têm maior presença na pesquisa do campo do conhecimento

acerca do envelhecimento humano que as demais disciplinas. Essa foi a realidade encontrada na pesquisa bibliográfica da presente monografia, em que 70,4% dos artigos dentro do universo pesquisado se enquadram nas referências de Ciência da Saúde e Ciências Biológicas.

3.2 - A Geriatria e a Gerontologia Como Produtoras “Oficiais” do Conhecimento Sobre a Velhice

O grande predomínio de artigos produzidos pela geriatria e pela gerontologia nos leva a concluir, junto com Haddad (1986), que a geriatria e a gerontologia proclamaram-se as ciências do envelhecimento, e tomaram para si a responsabilidade de compreender o fenômeno do envelhecimento para auxiliarem o Estado na criação de políticas públicas específicas para a categoria etária constituída pelos idosos.

Groisman (2002) aponta que é difícil definir o que é “gerontologia” e que ela é geralmente considerada de maneira ampla, como sendo o campo de estudo sobre o envelhecimento. Jordão Netto (1997, citado em Groisman, 2002) define que a gerontologia é “o conjunto de conhecimentos científicos aplicados ao estudo do envelhecimento humano, nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais” (p. 63). A gerontologia se dividiria ainda em duas subáreas, compreendidas pela geriatria e pela gerontologia social. A geriatria trataria dos aspectos relativos às patologias do envelhecimento, enquanto a gerontologia social seria o resultado dos esforços de psicólogos, nutricionistas, sociólogos, antropólogos e de quem mais se propusesse a estudar o tema do envelhecimento. Segundo Groisman (2002), essa divisão pode ser usada para delimitar os espaços de atuação dos demais profissionais em relação aos médicos, o que serviria para sustentar uma superioridade da classe médica em relação aos “outros” teóricos do envelhecimento. O autor aponta ainda o caráter intervencionista da gerontologia no Brasil, que por vezes passa de produtora de conhecimento sobre o

envelhecimento à mera agente interventora sobre os problemas sociais advindos do envelhecimento demográfico. O papel da geriatria é, marcadamente, o de produzir conhecimentos sobre o processo biológico de envelhecimento para que o mesmo possa ser retardado. A qualidade de vida na velhice, para esse campo do conhecimento, é definida pela ausência dos sinais do envelhecimento.

A geriatria e a gerontologia social, segundo Groisman (2002) têm dificuldade em definir um ponto básico de pesquisa: quando começa o envelhecimento? O critério mais utilizado é o da idade cronológica; alguns teóricos convencionaram que a velhice começa aos 60 anos, outros afirmam que ela tem início aos 65. O critério da idade cronológica é mais utilizado por médicos e demógrafos, enquanto psicólogos e cientistas sociais argumentam que o fenômeno é vivido de maneira diferente pelos indivíduos, variando assim o tempo de seu início. No campo da medicina há uma vasta discussão sobre o tema; alguns teóricos argumentam que o envelhecimento ocorre desde o nascimento, numa perspectiva de que a velhice é o resultado do envelhecimento das células do organismo, enquanto outros definem que o envelhecimento toma lugar quando a decrepitude se instala no organismo.

A prevenção parece ser a saída encontrada pela gerontologia para escapar do binômio saúde-doença. Com o discurso da 'prevenção', todos os sujeitos são passíveis de intervenção, independentemente de seu estado de saúde ou de sua inserção na 'normalidade'. Pela urgência da prevenção, não importa também quando começa a velhice, pois a prevenção deve começar muito antes. Lutando por um envelhecimento bem-sucedido, a geriatria/gerontologia parece delinear o seu mais ambicioso projeto, que é disciplinar a vida humana em toda a sua extensão (Groisman, 2002, p. 77).

É preciso ressaltar que a geriatria e a gerontologia estão consistentemente reproduzindo uma ideologia capitalista (Haddad, 1986) e que são poucos os teóricos que se prestam a uma avaliação epistemológica de seus trabalhos. Assim sendo, o “súbito” interesse da geriatria e da gerontologia social (que seja), pelo envelhecimento humano deve ser compreendido como interesse mercantilista, interesse por uma demanda que se abre aos estudiosos de hoje, demanda essa que só se tornou consistente quando o envelhecimento populacional “ameaçou” os cofres públicos e a manutenção da estrutura social de produção que vige, afeita aos valores capitalistas.

Prado e Sayd (2006) apontam que o discurso produzido pela SBGG, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, ilustra o fenômeno da velhice como mercado promissor:

Chegamos no começo do século 21 com a certeza de poder afirmar que a velhice como questão pública é resultado da mistura de elementos que contribuíram para o fortalecimento do seu status como problema social. A SBGG, portanto, por participar intensamente do processo de criação e legitimação da velhice como problema social passa a atuar, na década de 1990, como um dos responsáveis na gestão da velhice e do envelhecimento no Brasil, pois concomitantemente à criação de problemas sociais nascem também as demandas provenientes de tais problemas, que devem ser de preferência solucionados por especialistas naquele assunto. Mais do que nunca a SBGG sente a necessidade de se fortalecer como entidade científica (Lopes, 2000, citado em Prado & Sayd, 2006, p. 497).

Prado e Sayd (2006) apontam ainda que a geriatria e a gerontologia têm conseguido com muito sucesso estabelecer seu espaço de atuação no mercado de trabalho, no papel de

autoridades da velhice, e concluem que “A busca da sua legitimação como campo da ciência; a busca do poder com base em autoridade cientificamente estabelecida: eis uma forte marca da trajetória da SBBG e da geriatria e da gerontologia nacionais” (p. 497).

O discurso geriátrico e gerontológico, imbuído da ideologia capitalista, somado ao fato de que o interesse pela velhice é, em grande parte, interesse por delimitar espaços em um mercado de produção científica emergente, deixa claro que o idoso é o que menos importa, apesar de se fazer pensar que é por ele que se tem trabalhado.

A escassez de estudos mais transdisciplinares sobre o envelhecimento, e a gritante ausência da psicologia nesse quadro, contribuem para a perpetuação do viés biomédico na investigação acerca da velhice. O papel da psicologia no estudo da velhice é o tema do quarto capítulo da presente monografia.

4 – Por Que a Velhice Foi Esquecida Pela Psicologia?

4.1 - A Escassez de Estudos Psicológicos Sobre o Envelhecimento

Em seu trabalho sobre os grupos e linhas de pesquisa acerca do envelhecimento humano no Brasil, Prado e Sayd (2004) afirmam que apenas recentemente houve um aumento significativo na produção sobre o tema. As autoras ressaltam que as Ciências da Saúde encontram-se à frente das demais áreas do conhecimento em termos de quantidade de grupos de pesquisa que se dedicam especificamente ao estudo do envelhecimento humano. Os dados do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que datam de 2000, apontados pelas autoras, revelam que as chamadas Ciências da Saúde são responsáveis por 60,5% dos grupos de pesquisa que tratam exclusivamente de investigações acerca do envelhecimento, da velhice e dos idosos. Nesta área somam-se os esforços da medicina, enfermagem, odontologia, farmácia, nutrição, saúde coletiva, educação física, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional, segundo a distribuição da Árvore de Especialidades do Conhecimento do CNPq. Em segundo lugar aparecem as Ciências Biológicas, com 18% dos grupos específicos. O conjunto das Ciências Biológicas engloba a biologia geral, genética, botânica, zoologia, ecologia, morfologia, fisiologia, bioquímica, biofísica, farmacologia, imunologia, microbiologia e parasitologia. O grupo das Ciências Humanas, formado pela psicologia, filosofia, sociologia, arqueologia, história, geografia, educação, ciência política e teologia é responsável por apenas 9,3% dos grupos específicos acerca do envelhecimento humano. Também com 9,3% dos grupos específicos aparecem as Ciências Sociais Aplicadas, que contam com a demografia, ciência da informação, direito, administração, economia, arquitetura e urbanismo, planejamento urbano e regional, museologia, comunicação, serviço social, economia doméstica, desenho industrial e turismo.

A saúde coletiva representa 20,9% dos grupos específicos de pesquisa, enquanto a enfermagem conta com 14% dos grupos. Em terceiro lugar aparece a medicina, com 11,6%, seguida pela odontologia, com 9,3%. A psicologia aparece em quinto lugar, com 7% do total de grupos específicos referentes ao envelhecimento humano. Com o mesmo número de grupos específicos estão, ao lado da psicologia, o serviço social e a sociologia (Prado & Sayd, 2004).

Está claro que a contribuição da psicologia ao estudo do envelhecimento humano é no mínimo modesta. O número de grupos de pesquisa está relacionado à quantidade de material que se produz acerca de um tema por uma determinada área, e os dados apresentados são consistentes com a escassez de materiais sobre a psicologia do envelhecimento no Brasil. Mesmo em face do tão alardeado envelhecimento populacional, a psicologia ainda começa timidamente a se estabelecer como produtora de conhecimento acerca da velhice, enquanto áreas como a medicina contam com uma produção mais abundante sobre o tema, o que talvez tenha favorecido para uma abordagem essencialmente biomédica da velhice no Brasil. As contingências envolvidas no “esquecimento” do envelhecimento por parte da psicologia serão discutidas a seguir.

4.2 - A Breve História da Psicologia do Envelhecimento

Baltes (1995), no livro “Psicologia do Envelhecimento”, aponta que a psicologia do envelhecimento é um campo de estudo que vem se fortalecendo desde a década de 1950 e está hoje bem estabelecido. É importante ressaltar que essa não é a realidade encontrada no Brasil, já que no país a psicologia do envelhecimento parece dar os seus primeiros passos. Neri (1995) resalta que o desenvolvimento da psicologia do envelhecimento deu-se em um contexto permeado por mitos acerca da velhice, como da possibilidade de imortalidade e

eterna juventude do ser humano, e que tais mitos são responsáveis pelo tratamento preconceituoso da ciência acerca do envelhecimento, que por vezes retrata a velhice como um momento da vida marcado unicamente por perdas e declínio.

Em 1903, o cientista Metchnikoff cunhou o termo gerontologia e o médico Nascher, anos depois, criou o termo geriatria. Embora tais autores tenham alertado a comunidade científica para a importância dos estudos acerca do envelhecimento humano, pouco se produziu na primeira metade do século XX (Neri, 1995).

Neri (1995) aponta que entre 1900 e 1940 a psicologia voltou seus olhares para a infância, e um vasto conhecimento acerca dos primeiros anos de vida foi produzido, com a elaboração de sistemas teóricos sobre o tema. Os poucos estudos acerca da velhice foram influenciados pela noção geral do envelhecimento como declínio do ser humano, que se consolidou à época. A autora aponta que um dos fatores que desfavoreceram a consolidação da psicologia do desenvolvimento foi a Primeira Grande Guerra, que demandou estudos psicométricos para a seleção de oficiais.

Respondendo à ideologia dominante sobre a origem genética da inteligência, o caráter geral da capacidade intelectual, a possibilidade de submetê-la à prova mediante instrumentos psicológicos e a natureza preditiva dos resultados dessas provas quanto ao desempenho das funções de comando, os militares resolveram fazer a seleção por meio de testes de inteligência (Neri, 1995, p. 18).

Para suprir esta demanda, a *American Psychological Association* formou uma comissão responsável pela criação de baterias de testes de inteligência para sujeitos adultos. Os resultados dos testes apontaram que os desempenhos dos indivíduos pioravam com o avanço da idade cronológica. Deu-se então a “confirmação científica” das representações

sociais da velhice como declínio, muito embora os responsáveis pelos testes tenham atentado para o fato de que diferenças culturais, pessoais e educacionais são variáveis que poderiam ter interferido nos resultados encontrados. A consequência deste evento é percebida até os dias de hoje na abordagem da negatividade encontrada em muitos estudos acerca do envelhecimento, que tratam a velhice como um período de perdas e deficiências (Neri, 1995).

Neri (1995) aponta que a Universidade de Stanford foi pioneira na área de pesquisa experimental sobre o envelhecimento e passou, a partir de 1928, a produzir estudos acerca de temas como aprendizagem e memória, que, com suas condições experimentais inadequadas, ratificaram a noção de que a inteligência declina com o avanço da idade. Os procedimentos e instrumentos utilizados, bem como os ambientes de pesquisa, eram inadequados ao público idoso. As conclusões de que os sujeitos eram incapazes poderiam ser atribuídas ao fato de haver pouco tempo para a realização das tarefas propostas ou à sua falta de significado para os participantes. Entretanto, tais fatores eram ignorados e os resultados negativos eram atribuídos a um suposto declínio das cognições, advindos do avanço da idade cronológica. Até então, postulava-se que o desenvolvimento humano cessaria após a adolescência e que declinaria na velhice.

Neri (1995) aponta ainda que, em 1946, foram criadas instituições como a *Gerontological Society of America*, em resposta a uma demanda surgida das projeções sobre o envelhecimento demográfico nos Estados Unidos nas décadas seguintes. Na Europa as mudanças demográficas também incitaram pesquisas acerca do envelhecimento que intentavam dar conta de alterações nas políticas públicas dos países.

Durante a Guerra Fria surgiu a demanda da reforma do sistema educacional norte-americano, que tinha por objetivo preparar futuros cientistas e técnicos altamente capacitados, que concorreriam com a força soviética. Segundo Neri (1995), nesse contexto, em que havia poucos adultos jovens, tomaram lugar de destaque os sujeitos mais velhos, principalmente as

mulheres, que existiam em maior número e passaram a configurar um novo alvo para as pesquisas de psicólogos e sociólogos. Surgiram então vários grupos de pesquisa, que tinham na meia-idade feminina um de seus temas mais estudados. A autora aponta que era difícil, à época, definir o campo de estudo a que uma pesquisa pertencia, se era do âmbito da psicologia, sociologia ou gerontologia. O foco dos estudos era a meia-idade, que iria dos 45 aos 55 anos de idade, e os temas de interesse eram inicialmente as transformações femininas, chegando à discussão do bem-estar de ambos os sexos, autoconceito e relações familiares. Segundo Neri (1995) “Em geral, eram estudos ateóricos, apoiados nos conceitos então dominantes sobre a velhice como período de perdas e sobre a velhice bem-sucedida como conquista e responsabilidade individual” (p. 22).

Foi a partir de 1970 que surgiu uma crítica mais consistente ao preconceito subjacente nos estudos acerca do envelhecimento e novos intentos foram lançados para uma investigação mais acurada sobre o tema. O desenvolvimento da perspectiva do curso de vida foi uma mudança de paradigma crucial na história da psicologia do envelhecimento (Neri, 1995).

Baltes (1995) aponta que o surgimento nos anos 70 da psicologia do curso de vida modificou a psicologia do desenvolvimento, configurando-se a primeira como uma nova perspectiva de estudo.

A rápida evolução da psicologia do curso de vida deveu-se basicamente a duas fontes de interesse. Por um ângulo, havia a curiosidade relativa à repercussão da infância sobre o desenvolvimento ulterior, que fez com que os psicólogos da infância e da adolescência se interessassem cada vez mais pelas conseqüências das experiências de desenvolvimento ocorridas nessas fases, por exemplo, nas áreas de saúde mental, da vida familiar e das carreiras ocupacionais. Por outro ângulo, os psicólogos que trabalhavam com a vida adulta e a velhice passaram a estender o âmbito de seus conceitos e de suas investigações

para a direção oposta do curso de vida, propondo questões sobre os precursores da velhice ao longo do curso de vida, como por exemplo as condições da inteligência e da personalidade que podem facilitar ou dificultar a ocorrência de uma velhice *bem-sucedida* (Baltes, 1995, pp. 9-10).

Neri (1995) aponta que a perspectiva do curso de vida trata das relações entre conceitos de desenvolvimento e envelhecimento em psicologia e procura definir o que é uma velhice bem-sucedida, contemplando as variáveis contextuais que influenciam o desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é compreendido como um processo que ultrapassa os limites da adolescência.

Já nos anos 90, ressalta Neri (1995), o estudo do envelhecimento foi caracterizado por uma diversidade de temas e de abordagens de matérias como a psicologia, a sociologia e a biologia. A autora aponta que a diversidade das áreas de estudo pode representar um “risco de pulverização” da teorização acerca do envelhecimento, mas que por outro lado pode contribuir para a unificação da gerontologia enquanto disciplina específica.

A promessa de que a diversidade de temas em gerontologia irá construir uma disciplina unificada deve ser encarada com suspeita, uma vez que os diferentes campos de conhecimento que contribuem com estudos na gerontologia adotam diferentes abordagens acerca da velhice. A própria definição de envelhecimento varia de acordo com a área do conhecimento, que produz um determinado estudo sobre o tema permeado de noções diversas, como a da velhice como declínio e doença, ou como fase natural do desenvolvimento humano, ou, muito mais raramente, como conceito construído na cultura.

4.2.1 - O Predomínio da Infância na Psicologia do Desenvolvimento

Zimerman (2000) aponta que “vivemos em uma sociedade em que a expectativa é ser adulto. Quando uma criança ou adolescente projeta o futuro sempre se vê como um adulto jovem, formado, com alguma profissão, trabalhando e ganhando dinheiro” (p. 28). Tal afirmação discrimina precisamente aquilo que é valorizado em uma cultura que adota um modo de produção capitalista. A criança é tida como a força produtiva do futuro, e como tal recaem sobre ela as atenções da sociedade. Não causa espanto que a psicologia tenha se dedicado tradicionalmente à infância, e que seus esforços tenham se concentrado na tarefa de entender como se dá a formação do adulto, na normalidade e na patologia. Neri (1995) ressalta que, na primeira metade do século XX, a diminuição da mortalidade infantil, somada à melhoria da qualidade de vida das populações e às demandas sociais que a escola procurava suprir, foi ocasião para o desenvolvimento de estudos voltados à infância pela psicologia.

O despertar do interesse e o investimento nos estudos sobre a criança e o adolescente ocorreram num contexto de valorização dos ganhos, da produtividade e do *vir a ser* representado pela infância. Nada mais natural, portanto, que colocar a ciência a serviço dos ideais dominantes de progresso, aos quais a perspectiva de ganhos decorrentes do potencial de crescimento da infância ajustavam-se como uma luva (Neri, 1995, p. 17).

De acordo com Neri (1995), a psicologia da infância tinha suas bases na teoria evolucionista de Darwin, que norteou o desenvolvimento das teorias de estágio, baseadas nas noções de seqüencialidade das mudanças no indivíduo ao longo do tempo, unidirecionalidade, irreversibilidade, orientação à meta, natureza estrutural-qualitativa das mudanças e universalidade das transformações ocorridas nos indivíduos. A teoria de Piaget, por exemplo,

postula seis estágios do desenvolvimento, que cessa na adolescência. O primeiro é o dos reflexos, dos comportamentos instintivos e das primeiras emoções. O segundo é caracterizado pelo surgimento dos primeiros hábitos motores e das primeiras diferenciações dos sentimentos. Em seguida, no estágio da inteligência senso-motora, surgem as fixações exteriores da afetividade. O quarto estágio é marcado pela inteligência intuitiva e pela submissão da criança ao adulto. O quinto estágio é o das operações intelectuais concretas e do senso de cooperação, sendo o sexto estágio o das operações intelectuais abstratas e da formação da personalidade, que ocorre na adolescência.

Cada estágio é caracterizado pela aparição de estruturas originais, cuja construção o distingue dos estágios anteriores. O essencial dessas construções sucessivas permanece no decorrer dos estágios ulteriores, como subestruturas, sobre as quais se edificam as novas características. Segue-se que, no adulto, cada um dos estágios passados corresponde a um nível mais ou menos elementar ou elevado da hierarquia das condutas (Piaget, 1964/2003, p. 15).

Segundo Neri (1995), na concepção de desenvolvimento humano baseada na teoria darwiniana não havia espaço para o envelhecimento e para a velhice enquanto processo ou fase do desenvolvimento.

À falta de uma perspectiva evolutiva em relação à velhice, a psicologia fiou-se em pressupostos estabelecidos desde o século XIX, referentes à estagnação do desenvolvimento e ao caráter involutivo da velhice. Na mesma época, informações provenientes da psicologia experimental, da psiquiatria e da psicometria corroboravam a noção de que o desenvolvimento cessaria após a adolescência. Assim, a velhice não tinha

por que ser considerada como objeto de estudo da psicologia, mas sim da gerontologia e da geriatria (Neri, 1995, p. 17).

As teorias em psicologia voltaram-se consistentemente para a aquisição de comportamentos na infância, que moldariam o adulto. A teoria freudiana é um exemplo claro da fixação da infância como período determinante das características da personalidade adulta; aos estados mais pueris são atribuídos pesos de irreversibilidade, o que confere à vida adulta pouca plasticidade.

Neri (2001) aponta que Erikson, em 1950, adicionou às fases da teoria freudiana quatro estágios, que tomariam lugar na vida adulta e na velhice. O autor elaborou a teoria do ciclo de vida, segundo a qual o desenvolvimento humano desenrola-se sucessivamente, e considerou que as crises evolutivas do ciclo de vida são influenciadas pelo contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido. É importante ressaltar que as contribuições de Erikson na segunda metade do século XX foram pioneiras e que seus postulados representaram os primeiros passos para a constituição de uma abordagem que contemplasse também a velhice como parte do processo do desenvolvimento humano. A teoria de ciclo de vida influenciou os teóricos do curso de vida por haver postulado que “a resolução das crises evolutivas depende tanto de condições psicológicas individuais resultantes do desenvolvimento anterior, como das influências socioculturais que se fizerem presentes no momento” (Neri, 2001, pp. 13-14).

O contexto da primeira metade do século XX não foi propício para uma investigação da velhice pela psicologia do envelhecimento precisamente porque se acreditava que o desenvolvimento humano cessava após a adolescência. Aceitando-se tal argumento, mas tendo em vista que a psicologia é uma área de conhecimento multifacetada, resta ainda uma lacuna a ser respondida na questão da falta de estudos psicológicos sobre o tema. Por que a

psicologia não estudou a velhice em outras vertentes de análise, por que não a estudou ainda que do ponto de vista da patologia e do declínio, como o fez a medicina e por que, mesmo depois da quebra de paradigma ocorrida na década de 1970, a psicologia conta hoje com poucos esforços na investigação do tema? É compreensível que, por tradição, a psicologia ainda se dedique prioritariamente à infância, visto que os manuais de desenvolvimento atualmente reservam à velhice apenas uma pequena parte de seus extensos volumes. Entretanto, a psicologia simplesmente se omitiu, e ainda resiste, na questão do avanço nas investigações sobre o envelhecimento. Ainda é comum que um graduando em psicologia complete sua formação sem cursar ao menos uma disciplina voltada para o envelhecimento humano. Por vezes a disciplina é oferecida como matéria optativa, um complemento, com ares de excentricidade, enquanto a psicologia da infância e da adolescência são sempre parte integrante do currículo obrigatório. Como é possível que o cenário da psicologia do envelhecimento se transforme, se a ênfase na infância é ensinada até os dias de hoje? É fato que a demanda da psicologia sobre a infância foi e sempre será, enquanto o sistema for o mesmo, uma condição inegável, visto que continuamos a viver em uma sociedade capitalista de produção, e que se espera que ela dê conta do futuro adulto produtivo. Um exame mais cuidadoso das contingências envolvidas na questão talvez pudesse responder de maneira mais satisfatória esses questionamentos, mas, mesmo aceitando-se a tradição como resposta, é inexplicável que a psicologia ignore o aumento da demanda social, tão alardeada, que se lhe apresenta atualmente.

4.3 - A Psicologia do Envelhecimento e a Velhice Bem-sucedida

Segundo Neri (1995) a psicologia do envelhecimento “é hoje a área que se dedica à investigação das alterações comportamentais que acompanham o gradual declínio na funcionalidade dos vários domínios do comportamento psicológico nos anos mais avançados da vida adulta” (p. 13). Fica claro que o viés da negatividade está presente também na produção da psicologia do envelhecimento, uma vez que se propõe ao papel de investigar conseqüências comportamentais da decrepitude do organismo. De acordo com Fontaine (2000) a psicologia do envelhecimento é a contribuição dos psicólogos para a gerontologia. Tais profissionais estudam o envelhecimento normal e patológico, nas mais diversas dimensões psicológicas, como inteligência, memória e personalidade. O objetivo de atuação da psicologia, segundo o autor, é o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e “lutar” contra as conseqüências do avanço da idade. A velhice aparece então como algo a ser combatido e prevenido com a contribuição da psicologia.

Stuart-Hamilton (2002), em seu título “A Psicologia do Envelhecimento: uma introdução” dedica quase a totalidade do volume às alterações do processo biológico de envelhecimento e seus impactos sobre a memória, linguagem, inteligência e às alterações específicas do sistema nervoso em idosos. Apenas um capítulo trata especificamente das mudanças de personalidade e estilo de vida na velhice, outro da avaliação psicológica de idosos e as últimas páginas do livro tratam de uma perspectiva de futuro na interação do velho com uma sociedade tecnológica. Semelhante trabalho é o de Fontaine (2000), que em seu título “Psicologia do Envelhecimento” trata da memória, da inteligência, da percepção e da psicopatologia em idosos.

As investigações acerca das cognições dos idosos e da qualidade de vida na velhice constituem a maior parte dos esforços em psicologia do envelhecimento atualmente. Sendo

assim, a psicologia tem contribuído com estudos que propõem medidas para a adequação dos idosos aos novos papéis sociais que lhes são relegados e que procuram dar conta das chamadas incapacidades funcionais características do avanço da idade. Estes parecem ser os objetivos dos trabalhos que investigam as variáveis presentes nas situações de dependência e independência dos idosos em relação à família, a motivação para o contato social, sentimentos de solidão e bem-estar, desempenho de memória, atividade e ocupação do tempo livre na velhice. Exemplos de estudos com esse viés são os títulos “Sentimentos de solidão, bem-estar subjetivo e relações sociais em mulheres idosas vivendo sozinhas” (Capitanini & Neri, 2004), “Auto-eficácia, memória e envelhecimento” (Júnior & Resende, 2004) e “Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade” (Cachioni & Neri, 2004), todos incluídos no livro “Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos” (Neri, 2004).

A psicologia do envelhecimento tem também se dedicado à definição do termo envelhecimento, na perspectiva do curso de vida. De acordo com Neri (1995) os teóricos da área que adotam esta perspectiva do desenvolvimento, muito em voga atualmente, procuram conciliar conceitos da física, biologia, sociologia e psicologia.

Um dos conceitos científicos essenciais da atualidade é, no entanto, que qualquer conceito de tempo, seja ele social, biológico ou psicológico, é sempre uma variante da escala do tempo dos calendários. A idade cronológica é então apenas um indicador, e não uma variável independente do desenvolvimento. Nesse sentido, o envelhecimento e o desenvolvimento são eventos correlatos, visto que ambos são eventos de duração, relativos a transformações em padrões comportamentais. As mudanças podem ser descritas em termos de ganhos e perdas, e o desenvolvimento e o envelhecimento como determinantes da diminuição de probabilidade da adaptação geral e da sobrevivência do organismo (Neri, 1995, p. 29).

Segundo Neri (2001) a perspectiva de curso de vida integra o desenvolvimento individual, o familiar e o societal nas suas investigações e analisa a sincronia de tais fatores, ou a falta dela. De acordo com essa perspectiva, os critérios de definição do início da velhice são socialmente determinados. Para esta abordagem, na velhice, dadas as transformações biológicas e a interação do indivíduo com o ambiente, a plasticidade comportamental diminui, embora esteja resguardado um potencial de desenvolvimento, contingente à diminuição da plasticidade. Ainda segundo essa abordagem do envelhecimento, o sujeito que envelhece conserva seus mecanismos de auto-regulação para lidar com as perdas advindas do avanço da idade, sendo o envelhecimento heterogeneamente experimentado por diferentes indivíduos.

Existem diferentes padrões de envelhecimento, raramente observáveis em estado puro. Envelhecimento normal, ótimo e patológico são, assim, amplas categorias orientadoras para a pesquisa e a intervenção. Normalidade significa a ocorrência de alterações típicas e inevitáveis do envelhecimento. Doenças, disfuncionalidade e descontinuidade do desenvolvimento são típicos do envelhecimento patológico. A velhice ótima é referenciada a um ideal sociocultural de excelente qualidade de vida e manifesta-se por baixo risco de doenças e incapacidade, excelente funcionalidade física e mental e engajamento ativo na vida (Neri, 2001, pp. 30-31).

Da noção de envelhecimento em uma perspectiva de curso de vida surgiu o conceito de velhice bem-sucedida. Segundo Neri (1995) o conceito é uma “tentativa científica de resolver a questão dos limites e potenciais da velhice” (p. 34). De acordo com a autora, é do equilíbrio entre perdas e ganhos, limitações e potencialidades que se dá uma velhice satisfatória e a investigação a respeito das variáveis envolvidas em uma velhice bem-sucedida

é tarefa da psicologia e das demais áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo do envelhecimento humano.

A expressão “velhice bem-sucedida” encerra alguns problemas. Segundo Neri (1995) “existe uma conotação de bem-estar econômico associado a uma exacerbação do individualismo” (p. 34), mas a idéia central que se quer evocar é a de envelhecimento e continuidade da adaptação do indivíduo. Não causa espanto que, em uma sociedade que reproduz a ideologia da velhice, tenha sido cunhado um termo que explicita uma noção de desempenho.

Neri (1995) aponta que as questões que concernem à ideologia da velhice estão no âmbito da ética das relações sociais e que, hoje, o conhecimento sobre desenvolvimento humano pode refutar os argumentos que embasam práticas preconceituosas nas ciências.

Equiparar a velhice com doença, perdas e incompetência comportamental, e atribuir só ao indivíduo a responsabilidade de dar conta dela, tem efeitos prejudiciais sobre ele, sua família e seu grupo etário. Além de privar todos dos recursos e das informações que permitem uma vida digna, dessa forma a sociedade estaria obrigando as pessoas a conviver com as conseqüências, a responsabilidade e a culpa pela má qualidade de vida que não escolheram ou não construíram sozinhas para si próprias. O argumento é, portanto, que um envelhecimento bem-sucedido não é mero atributo do indivíduo biológico, psicológico ou social, mas resulta da qualidade da interação entre indivíduos em mudança, vivendo em sociedades em mudança. Como tal, depende da história individual, do contexto histórico-cultural e dos fatores genético-biológicos (Neri, 1995, p. 38).

Sendo assim, segundo Neri (1995), a velhice bem-sucedida depende de um sistema social que valorize o ser humano a despeito da produtividade econômica. Ainda que Neri (1995) faça ressalvas quanto a responsabilidade individual da satisfação da velhice, admitindo que ela depende também dos fatores do contexto social em que se envelhece, fica claro que ela só pode ser alcançada por uma pequena parcela da população, uma vez que em uma sociedade afeita aos valores da produtividade, como é o caso do Brasil, os indivíduos são valorizados precisamente pela produtividade econômica. O que a autora relega ao campo da ética das relações sociais deveria ser matéria primordial das investigações da psicologia do envelhecimento, para que fossem evitadas reproduções da ideologia da velhice também por parte dos psicólogos.

Ainda segundo esta autora, a psicologia do envelhecimento é uma área emergente, que vem se organizando com o aumento do número de grupos de estudos acerca do envelhecimento, e que tem na perspectiva do curso de vida uma promessa de avanço teórico e prático. A realidade brasileira atual, entretanto, é desanimadora no que diz respeito à produção de conhecimento acerca da velhice, não apenas pela escassez de trabalhos publicados, mas principalmente pelo caráter acrítico do que vem sendo produzido. Raramente se questiona a “descoberta da velhice” pela psicologia como resposta a uma demanda do mercado de trabalho atual e a produção epistemológica é pífia.

Na pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração da presente monografia foram encontrados apenas três livros em língua portuguesa sob o título “psicologia do envelhecimento”: o de Fontaine (2000), o de Stuart-Hamilton (2002) e o de Neri (1995). Nenhum artigo pesquisado trata especificamente do tema. É inclusive questionável a existência de uma psicologia do envelhecimento, uma vez que o que se encontra são esforços aparentemente isolados de psicólogos que hoje contribuem para a gerontologia, mas não para

a consolidação de uma subárea da psicologia, tão relevante quanto qualquer outra e ainda assim menosprezada.

Considerações Finais

Ao longo da história da humanidade a velhice esteve prioritariamente associada à decrepitude do organismo e à perda de privilégios sociais. Pode-se considerar que o viés da negatividade que permeia a noção de envelhecimento nos dias de hoje seja herança de séculos de obscuridade em relação ao tema. Nas mais diversas sociedades, quando se faz útil, o velho tem chances de permanecer em uma posição de dignidade em relação aos demais; do contrário, seu destino é quase sempre o ostracismo.

Atualmente a questão da velhice vem suscitando o interesse dos estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento. Entretanto, está claro que tal fato não se deve a uma mudança nas representações sociais acerca do envelhecimento. No Brasil, a velhice continua a ser representada negativamente, e, apenas quando o conjunto dos idosos se tornou tão numeroso ao ponto de “ameaçar” a estabilidade econômica da sociedade, o envelhecimento desviou para si olhares mais curiosos.

Em uma sociedade que adota um modo de produção capitalista, que depende da aposentadoria dos mais velhos para posicionar os mais novos no mercado de trabalho, o idoso é “envelhecido” socialmente, para então ser relegado ao posto de inativo. A inatividade, a improdutividade em uma sociedade capitalista é tida como uma doença, e o sujeito idoso, associado comumente à obsolescência, se transforma em um pária. Relativa exceção se dá com aqueles indivíduos que puderam reunir capital, e, mesmo não mais produzindo, representam ainda uma força consumidora. A realidade brasileira, no entanto, é diversa de países como os Estados Unidos, em que existe uma preocupação em atender as demandas específicas do setor. No Brasil os idosos ainda são menosprezados pelo marketing e servem de fator cômico em anúncios de produtos voltados ao público mais jovem. Ainda quando o

idoso é notado como consumidor, é convidado a utilizar seus recursos financeiros na perseguição do reencontro com a juventude, sinônimo de felicidade.

É neste contexto que vêm sendo desenvolvidos estudos acerca do envelhecimento humano na atualidade. A recente “descoberta da velhice” se deu em resposta ao processo de inversão da pirâmide etária no Brasil, que alarma o Estado por anunciar conseqüências catastróficas para as políticas de Saúde Pública e Previdência Social. Se especula que o aumento do número de pessoas tidas como necessariamente doentes e dependentes causará um colapso nos cofres públicos, e a geriatria e a gerontologia já se prontificaram a encontrar uma solução. É importante ressaltar que tais áreas do conhecimento estão aparentemente atendendo as demandas dos idosos com suas investigações acerca da velhice, mas o uso recorrente do argumento do aumento populacional de velhos e das conseqüências nefastas desse fenômeno levam a crer que a demanda que se procura atender é a do Estado, e a da manutenção da ordem social vigente.

Conseqüentemente, os estudiosos do envelhecimento têm reproduzido uma ideologia da velhice que em nada favorece o idoso. Ele é tido, senão como principal responsável por sua “qualidade de vida” e sua adequação social, como vítima da ignorância acerca de seu próprio envelhecimento, sendo assim necessário educá-lo a respeito de suas limitações e decrepitudes físicas, para que melhor se ajuste à posição social desconfortável que lhe é reservada. É necessário ressaltar que o idoso conta com os serviços de gerontólogos e geriatras para tanto, os “professores” da velhice, que tratam de proporcionar alternativas para uma velhice funcional. Sobre o idoso funcional se poderia dizer que é aquele que ainda “funciona”, serve à sociedade de algum modo, ou ao menos não atrapalha seu progresso.

A questão não é negar que os avanços no estudo do envelhecimento trazem benefícios aos idosos, mas simplesmente admitir que as intervenções dos profissionais da velhice são

eficazes justamente porque adequam o velho às demandas dos papéis sociais que lhes são atribuídos.

A psicologia parece ter sido menos sensível à nova demanda que vem se consolidando nas últimas décadas. Prioritariamente dedicada à infância, começa a ensaiar uma psicologia do envelhecimento, e corre o risco de contribuir para a reprodução de uma ideologia da velhice quando utiliza noções como a de velhice bem-sucedida, uma vez que o termo destaca a responsabilidade individual do idoso por sua qualidade de vida, bem como a idéia de performance e adequação ao modo de produção vigente. A psicologia do envelhecimento peca pela falta de reflexões críticas acerca de seu papel na sociedade e das possíveis conseqüências dos estudos que produz.

Antes de produzir o que quer que seja acerca da velhice, a psicologia do envelhecimento deve prestar-se a um esforço epistemológico, evitando assim que se torne colaboradora da perpetuação da ideologia da velhice. O papel da psicologia deveria ser, em primeiro lugar, o de investigar o contexto da produção de conhecimento sobre a velhice, fornecendo uma valiosa contribuição às demais áreas que se ocupam do envelhecimento e servindo verdadeiramente aos sujeitos que envelhecem, e não apenas às demandas hostis aos mesmos.

Por fim, fica clara a necessidade de um olhar mais cuidadoso acerca do que se produz em psicologia do envelhecimento e a urgência de maiores esforços epistemológicos na área. Os psicólogos têm um longo caminho a percorrer para que sejam compensados anos de desinteresse sobre a velhice, que deve ser contemplada em sua totalidade por aqueles que se dispuserem a encará-la, pois é certo que a psicologia cometeu um erro menosprezando essa fase da vida humana.

Referências Bibliográficas

- Aquino, M. A., & Leme, L. E. G. (2006, junho). Dinamometria isocinética na determinação da evolução da artroplastia total do joelho em mulheres idosas. *Clinics*, 61(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice* (Martins, M. H. S., Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Baltes, P. B. (1995). In Neri, A. L. (org), *Psicologia do envelhecimento*. (pp. 9-12). Campinas, SP: Papyrus.
- Bezerra, A. F. B., Espírito Santo, A. C. G., & Batista Filho, M. (2005, outubro). Concepções e práticas do agente comunitário na atenção à saúde do idoso. *Revista de Saúde Pública*, 39(5). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cachioni, M., & Neri, A. L. (2004). Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In Neri, A. L., Yassuda, M. S. (orgs.), & Cachioni, M. (colab.), *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. (pp. 29-48). Campinas, SP: Papyrus.

- Capitanini, M. E. S., & Neri, A. L. (2004). Sentimentos de solidão, bem-estar subjetivo e relações sociais em mulheres idosas vivendo sozinhas. In Neri, A. L., Yassuda, M. S. (orgs.), & Cachioni, M. (colab.), *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. (pp. 71-88). Campinas, SP: Papyrus.
- Carvalho, J. A. M., & Garcia, R. A. (2003, maio/junho). O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Charchat-Fichman, H., Caramelli, P., Sameshima, K., & Nitrini, R. (2005, março). Declínio da capacidade cognitiva durante o envelhecimento. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 27(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Dantas, R. O., & Aprile, L. R. O. (2006, abril/junho). Relação entre idade e motilidade do esôfago em pacientes com doença do refluxo gastroesofágico. *Arquivos de Gastroenterologia*, 43(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Debert, G. G. (2003). O velho na propaganda. *Cadernos Pagu*, (21). Recuperado em 15 fev. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.

Giatti, L., & Barreto, S. M. (2002). Trabalho feminino e saúde na terceira idade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Giatti, L., & Barreto, S. M. (2003, maio/junho). Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Gomes, C. M., Arap, S., & Trigo-Rocha, F. E. (2004). Distúrbios miccionais e anormalidades urodinâmicas em pacientes idosos. *Revista do Hospital das Clínicas*, 59(4). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Groisman, D. (2002, Janeiro/abril). A velhice, entre o normal e o patológico. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 9(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Haddad, E. G. M. (1986). *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez.

Júnior, R. L., & Resende, M. C. (2004). Auto-eficácia, memória e envelhecimento. In Neri, A. L., Yassuda, M. S. (orgs.), & Cachioni, M. (colab.), *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. (pp. 127-140). Campinas, SP: Papyrus.

Linhares, C. R. C., Guimarães, R. M., Campos, A. P. M., Carvalho, N.T., & Coelho, V. L. D. (2003). Perfil da clientela de um ambulatório de geriatria do Distrito Federal. *Psicologia*:

Reflexão e Crítica, 16(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Moraes, J. F. D., & Souza, V. B. A. (2005, dezembro). Fatores associados ao envelhecimento bem-sucedido de idosos socialmente ativos da região metropolitana de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 27(4). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Mori, M. E., & Coelho, V. L. D. (2004). Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Morin, E. (2004). *A religação dos saberes: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Neri, A. L. (Org.). (1995). *Psicologia do envelhecimento: Temas selecionados na perspectiva de curso de vida*. Campinas, SP: Papirus.

Neri, A. L. (Org.). (2001). *Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas, SP: Papirus.

Neri, A. L., Yassuda, M. S. (orgs.), & Cachioni, M. (colab.). (2004). *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. Campinas, SP: Papirus.

- Neves, V. T., & Feitosa, M. A. G. (2002, setembro/dezembro). Envelhecimento do processamento temporal auditivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Paiva, P. T. A., & Wajnman, S. (2005, julho/dezembro). Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Parahyba, M. I., Veras, R., & Melzer, D. (2005, junho). Incapacidade funcional entre as mulheres idosas no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 39(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Passos, V. M. A., Barreto, S. M., Diniz, L. M., & Lima-Costa, M. F. (2005, março). Diabetes tipo 2: prevalência e fatores associados em uma comunidade brasileira. Projeto Bambuí de estudo de saúde e envelhecimento. *São Paulo Medical Journal*, 123(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Pereira, R. J., Cotta, R. M. M., Franceschini, S. C. C., Ribeiro, R. C. L., Sampaio, R. F., Priore, S. E. et al. (2006, janeiro/abril). Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 28(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br
- Piaget, J. (2003). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Prado, S. D., & Sayd, J. D. (2007, janeiro/março). O ser que envelhece: técnica, ciência e saber. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Prado, S. D., & Sayd, J. D. (2006, abril/junho). A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Prado, S. D., & Sayd, J. D. (2004). A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Ramos, L. R. (2003, junho). Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Silva, A. L., & Saintrain, M. V. L. (2006, junho). Interferência do perfil epidemiológico do idoso na atenção odontológica. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 9(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Silva, I. R., & Günther, I. A. (2000, janeiro/abril). Pepéis sociais e envelhecimento em uma perspectiva de curso de vida. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Siqueira, R. L., Botelho, M. I. V., & Coelho, F. M. G. (2002). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4). Recuperado em 20 jan. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Stuart-Hamilton, I. (2002). *A psicologia do envelhecimento: Uma introdução*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Teixeira, M. C. T. V., Schulze, C. M. N., & Camargo, B. V. (2002, julho/dezembro). Representações sociais sobre a saúde na velhice: um diagnóstico psicossocial na Rede Básica de saúde. *Estudos de Psicologia*, 7(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Uchôa, E. (2003, maio/junho). Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Veloz, M. C. T., Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B. V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Veras, R. P., Ramos, L. R., & Kalache, A. (1987). Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. *Revista de Saúde Pública*, 21(3). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Wong, L. L. R., & Carvalho, J. A. (2006, janeiro/junho). O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(1). Recuperado em 06 abr. 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br

Zimmerman, G. I. (2000). *Velhice: Aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre, RS: Artmed.